



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS  
CIÊNCIAS.**

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA,  
um olhar histórico sobre a UEFS.**

**Salvador, BA**  
**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E HISTÓRIA DAS  
CIÊNCIAS.**

**FABIHANA SOUZA MENDES**

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA,  
um olhar histórico sobre a UEFS.**

**Versão final da dissertação apresentada  
como requisito para a obtenção do título de  
Mestre no Programa de Pós-Graduação em  
Ensino, Filosofia e História das Ciências, na  
UFBA/UEFS.**

**Linha de Pesquisa: História das Ciências.**

**Mestranda: Fabihana Souza Mendes**

**Orientador: Prof. Dr. Amílcar Baiardi**

**Salvador, BA**

**2010**

Dedico este trabalho, realizado em um período ímpar em minha vida, à minha filha Anna Luiza, maior amor da minha vida que, com seus cachinhos lindos, me faz agradecer a Deus todos os instantes vividos e divididos com ela. Que esses instantes durem anos a fio, para que eu possa dedicar-lhe muitas outras conquistas.

À luz do meu dia, Anna Luiza.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus, aos meus pais, notadamente a figura da minha mãe-amiga-suporte D. Luiza, aos meus quatro irmãos, ao meu marido-companheiro Wellington e a minha filha Anna Luiza, pela presença sempre marcante, ímpar e insubstituível em minha vida, seja pessoal e/ou profissional. Os desafios se tornam mais fáceis de serem transpostos se contamos com apoio de pessoas importantes.

Agradeço, também, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da UFBA/UEFS, pela oportunidade de desenvolver tal trabalho e pelo desvendar, muitas vezes, de novos rumos teóricos, históricos e epistemológicos que as várias aulas, discussões e até mesmo conversas informais foram capazes de propiciar.

Ao meu orientador, Professor Doutor Amílcar Baiardi, pela paciência e disponibilidade em orientar meus lapsos acadêmicos e em oferecer, sempre, novas perspectivas de análise. Obrigado pela confiança, por acreditar em minha proposta e trilhar comigo o caminho, muitas vezes árduo, da pesquisa.

Não poderia deixar de citar a própria UEFS, reduto onde começou a minha incipiente caminhada acadêmica e que, por essas e outras razões, instigou-me enquanto objeto de investigação. Aos meus professores do curso de Economia, por já lançarem em mim a semente da inquietação, da busca por respostas muitas vezes não alcançadas.

Aos meus poucos, mas bons e verdadeiros amigos, aos livros, cd's, internet, vinhos, lágrimas, e tudo (todos) que serviram para acalantar o coração na hora do “desespero”, do sufoco acadêmico.

A universidade é, certamente, uma das invenções mais maravilhosas surgidas em qualquer cultura. Ela cristaliza a percepção de que o conhecimento pode ser utilizado para iluminar, disciplinar e ampliar o poder, sendo, portanto, ela mesma, uma forma superior de poder capaz de tomar consciência de sua responsabilidade social.

*Celso Furtado*

## RESUMO

**A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA, um olhar histórico sobre a UEFS.** Fabihana Souza Mendes. Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências UFBA – Universidade Federal da Bahia e UEFS – Universidade Estadual de Feira de Santana. fabihanamendes@gmail.com.

Embora ciência e tecnologia estejam cada vez mais internacionais, devido à globalização, os requisitos para participar de seus benefícios continuam sendo de ordem local e nacional, dependendo de ações deliberadas dos governos. Destaca-se, nesse contexto, a importância da universidade pública, enquanto instituição de educação superior e de produção e disseminação da ciência e da tecnologia. É inequívoco que a presença de uma universidade pública permite conhecer a realidade local e definir instrumentos de intervenção com vistas ao desenvolvimento econômico-social. Além disso, ela promove a associação do ensino superior com a ciência e a tecnologia gerando um ambiente de produção de conhecimento e de inovações imprescindíveis para o desenvolvimento do local onde a instituição se encontra inserida. Este trabalho teve a humilde pretensão de lançar um olhar histórico sobre o contexto de surgimento da UEFS. O objeto de pesquisa situa-se no campo da história da institucionalização da ciência. Buscou-se, com base na trajetória de surgimento e desenvolvimento das universidades públicas enquanto instituições científicas, examinar o caso da UEFS, situando a instituição acerca da institucionalização da ciência no Brasil e, mais precisamente na Bahia. Reconstruir o contexto nacional e regional quanto ao surgimento de universidades no Brasil também merece destaque a fim de se perceber possíveis relações com as condicionantes do nascimento da UEFS. Tal estudo justificou-se diante da necessidade de reconstruir ambientes institucionais e refletir sobre se esta construção correspondeu a necessidades da comunidade local ou se foi apenas um ato de governo. As referências utilizadas foram, além de teóricos renomados em abordagens econômicas, tal como Schumpeter, pesquisadores da história da ciência, igualmente estabelecidos na comunidade científica, a exemplo de Simon Schwartzman, Amílcar Baiardi, Sílvia Figueirôa. Outras fontes utilizadas foram os dados recolhidos nos próprios arquivos da UEFS.

**Palavras-chave:** UEFS. Instituições científicas. Ciência.

## ABSTRACT

**THE UNIVERSITY AS A PUBLIC scientific institution, a look history on UEFS.** Fabihana Souza Mendes. Masters Program Graduate Education, Philosophy and History of Sciences UFBA Federal University of Bahia and UEFS University State of Feira de Santana. fabihanamendes@gmail.com.

Though science and technology are increasingly international, due to the globalization, the requisites to participate of his benefits keep on being of local and national order, depending on decided actions of the governments. There stands out, in this context, the importance of the public university, while institution of superior education and of production and dissemination of the science and of the technology. It is unmistakable that the presence of a public university allows to know the local reality and to define instruments of intervention with sights to the social-economical development. Besides, it promotes the association of the superior teaching with the science and the technology producing an environment of production of knowledge and of essential innovations for the development of the place where the institution is inserted. This work had the humble claim of launching a historical glance on the context of appearance of the UEFS. The inquiry object is situated in the field of the history of the institutionalized of the science. It was looked, on basis of the trajectory of appearance and development of the public universities while scientific institutions, to examine the case of the UEFS, situating the institution about the institutionalized of the science in Brazil and, more precisely in the Bahia. To rebuild the national and regional context as for the universities appearance in Brazil also deserves distinction in order that possible relations are realized with the restrictions of the birth of the UEFS. Such a study was justified before the necessity of rebuilding institutional environments and of considering be left if this construction corresponded to necessities of the local community or if it was only an act of government. The used references were, besides renowned theoreticians in economical approaches, such as Schumpeter, investigators of the history of the science, equally established in the scientific community, just like Simon Schwartzman, Amílcar Baiardi, Sílvia Figueirôa. Other used fountains were the data gathered in the archives themselves of the UEFS.

**Key-words:** UEFS. Scientific institutions. Science.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>1 GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DE RELEVANTES</b>	
<b>INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS</b>	<b>14</b>
1.1 A INSTITUIÇÃO ACADÊMICA NA HISTÓRIA OCIDENTAL	14
1.2 OS AVANÇOS DA ATIVIDADE CIENTÍFICA E A UNIVERSIDADE NO BRASIL	19
1.3 A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO PROTAGONISTA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	28
<b>2 A UEFS NO CONTEXTO DA BAHIA</b>	<b>34</b>
2.1 O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – BA	35
2.2 TERRITORIALIDADE DO ENSINO / ESPAÇO UNIVERSITÁRIO	40
2.3 A UEFS	45
<b>3 CONTRIBUIÇÃO DA UEFS: a UEFS em dados</b>	<b>56</b>
3.1 O INCENTIVO À PESQUISA E À COOPERAÇÃO NA UEFS	56
3.2 O PESO DA UEFS EM PESQUISA REALIZADA POR DOCENTES	68
3.3 O SEGMENTO DE EXTENSÃO DA UEFS	71
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICES</b>	<b>86</b>
Apêndice A: Lista dos professores da UEFS, por departamento, com grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq	87

## INTRODUÇÃO

***“Tudo que fica pronto na vida foi construído antes, na alma”.***

*Autor desconhecido*

A economia mundial e o seu atual re-ordenamento vem abrindo novas fronteiras no conhecimento em todas as áreas. A ciência e a tecnologia – C&T- vêm, então, assumindo, cada vez mais, significativo papel neste processo, concorrendo também para a felicidade humana.

Uma análise social e histórica da ciência tem como principal efeito o cultivo de valores afirmativos em relação à ciência e tecnologia, o que acaba por elevar a capacidade social do país em todos os campos, inclusive na competitividade. Ao se modernizar pela via da C&T a economia nacional se ajusta a um ambiente internacional competitivo. Embora a ciência e a tecnologia estejam se tornando cada vez mais internacionais, devido à globalização, os requisitos para participar de seus benefícios continuam sendo de ordem local e nacional e dependem de ações deliberadas por parte dos governos.

Destaca-se, nesse contexto, a importância da universidade, sobretudo a universidade pública, enquanto instituição de educação superior e de produção e disseminação da ciência e da tecnologia.

Examinar as condicionantes do surgimento das universidades enquanto instituições científicas, destacando o caso da Universidade Estadual de Feira de Santana, a UEFS, se justifica, então, diante da necessidade de reconstruir ambientes institucionais nos quais ele se dá e refletir sobre se esta construção correspondia a anseios e necessidades da comunidade local ou se foi apenas um ato de governo visando projetar uma imagem de estadista preocupado com a educação superior e com a C&T. Uma avaliação como esta é decisiva com vistas a verificar se a implantação de uma universidade foi a melhor alternativa na ocasião de utilização de recursos escassos.

De acordo com Rossetti (2000), a economia ocupa-se em examinar as opções viáveis que se apresentam aos agentes econômicos – famílias, empresas e governo- para empregar os recursos sob seu comando, tomando decisões racionais diante de alternativas concorrentes.

Sabe-se que os recursos são limitados. Desta forma, qualquer que seja a decisão e por mais racional que possa ter sido a alternativa escolhida, um custo relevante estará sempre presente, o chamado custo de oportunidade. As decisões racionais tomadas pelos agentes não o eliminam, nem o eliminarão jamais.

Para atuar sobre a natureza e extrair dela os suprimentos de que necessitam, as sociedades economicamente organizadas, mesmo aquelas que registraram notável progresso material, sempre se defrontaram com a limitação de seus recursos produtivos. Destarte, o emprego de qualquer recurso é oneroso. Em contraposição à limitação dos recursos, as necessidades e as aspirações sociais, por bens e serviços, sejam eles públicos ou privados, parecem ser ilimitadas.

Em todas as sociedades modernas, as unidades familiares demandam mais e melhores produtos, as empresas exigem equipamentos de mais alta sofisticação, mas ágeis e mais produtivos, e os governos se vêem às voltas com pressões ampliadas, exercidas pelos outros dois agentes econômicos, por mais infra-estrutura econômica e social, e também por mais e melhores bens e serviços públicos. (ROSSETTI, 2000)

Com isso, o autor afirma que “o progresso não elimina necessidades. Contrariamente, ele renova as antigas e cria novas.” (ROSSETTI, 2000, p. 209)

É inequívoco que a presença de uma universidade pública permite conhecer a realidade local e definir instrumentos de intervenção com vistas ao desenvolvimento econômico-social. Além disso, ela promove a associação do ensino superior com a ciência e a tecnologia gerando um ambiente de produção de conhecimento e de inovações imprescindíveis para o desenvolvimento do local onde a instituição se encontra inserida.

Durante muito tempo pensava-se que o crescimento econômico era, em última instância, o determinante para o desenvolvimento. Desse modo, entendia-se que o desenvolvimento de uma nação ocorria quando a economia crescia. Ressaltava-se a combinação de alguns fatores essenciais, tais como: suas condições iniciais, recursos naturais, mão-de-obra, dimensão do país, sua história e geografia, além de suas boas práticas econômicas. Supunha-se que a nação que conseguia se desenvolver economicamente proporcionaria, a reboque, o seu desenvolvimento político e social.

Entretanto, deve-se diferenciar, de acordo com Sandroni (2001), desenvolvimento de crescimento econômico. O desenvolvimento é o crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população e por alterações fundamentais na estrutura de sua economia. O desenvolvimento depende das características próprias de cada localidade (situação geográfica, passado histórico, extensão territorial, população, cultura e recursos naturais) (SANDRONI, 2001, p. 169).

Já o crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia e, portanto, da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica. O crescimento de uma economia pode ser indicado pelo índice de crescimento da força de trabalho, pela proporção da receita nacional poupada e investida e pelo grau de aperfeiçoamento tecnológico (SANDRONI, 2001, p.141).

De acordo com Delgado e Feijó (2005), nos últimos tempos muito vem se falando sobre desenvolvimento local, no qual considera-se que o mesmo depende de elementos chaves para poder se materializar, quais sejam: a disponibilidade de recursos, sejam eles humanos, materiais, empresariais ou financeiros, e a participação dos agentes diretamente interessados, sejam eles públicos ou privados. Todavia, não se pode falar ou pensar em um único modelo de desenvolvimento local, pois cada comunidade deve enfrentar e buscar solucionar problemas específicos.

A reconstrução do contexto nacional, regional e local, do ponto de vista das condicionantes socioeconômicas e da institucionalização da ciência no Brasil e de

sua influência no nascimento de universidades públicas, tem o escopo de verificar se a criação da UEFS se dá como um ato consistente e aderente ao momento ou se é um ato de governo destituído de racionalidade administrativa.

Explorar-se-á, desta forma, a contextualização e a importância do surgimento das instituições científicas no Brasil e na Bahia, com destaque para as universidades públicas, explicitando o contexto do nascimento da UEFS e sua contribuição enquanto instituição científica. Para isso, utilizar-se-á os modelos internacionais de universidades para enquadrar a UEFS e inferir a sua contribuição em termos de educação superior, C&T e atividade inovativa.

A pretensão da pesquisa não é esgotar todas as possibilidades de questionamentos acerca da UEFS e do seu papel no contexto e na região em que a mesma está espacialmente definida. Trata-se, muito mais, de uma tentativa de situar sua condição de instituição pública de ensino superior no contexto das necessidades locais, enquanto produtora e disseminadora do conhecimento.

Apesar das limitações que permeiam a pesquisa, sejam elas externas ou internas, e da incipiente investigação a que o trabalho se propõe, almeja-se descortinar, ao menos, a ponta do “iceberg”. Permitir que novos questionamentos sejam feitos e novas interpretações surjam acerca da UEFS, situando-a não apenas na história das ciências da Bahia, como também do Brasil.

O trabalho encontra-se dividido em partes, em capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo aborda a gênese e o desenvolvimento, supostamente linear, das instituições acadêmicas. Traz, também, um recorte histórico do surgimento das universidades no Brasil, além de uma contextualização deste tipo de instituição enquanto protagonista do desenvolvimento econômico e social.

O segundo capítulo versa sobre as características do município de Feira de Santana, local onde a UEFS está espacialmente situada, além da própria caracterização da universidade, com um recorte para a contextualização do município e da instituição no Estado da Bahia.

Por fim, o capítulo três, tenta abordar os dados relativos à UEFS enquanto instituição pública de produção e disseminação de conhecimento, através de dados levantados na própria universidade e também nos dados referentes ao município.

## **1- GÊNESE E DESENVOLVIMENTO DE RELEVANTES INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS**

### **1.1 A INSTITUCIONALIZAÇÃO ACADÊMICA NA HISTÓRIA OCIDENTAL**

Traçando uma linha histórica contemplando desde o nascimento das principais instituições acadêmicas da história da humanidade, tem-se como pioneiras a Academia de Platão e o Liceu de Aristóteles. Ambas foram instituições de natureza privada, de iniciativa de seus criadores que, contudo, lograram envolver parcelas da sociedade ou até mesmo receber apoio do Estado para funcionar. Destinavam-se essencialmente ao ensino, à reflexão e à produção do conhecimento especulativo. (BAIARDI, 1996)

No caso da Academia de Platão, esta nasceu como uma escola e, posteriormente, voltou-se exclusivamente para a reflexão filosófica, na qual se incluía a busca do saber científico. Segundo Baiardi (1996), ela foi a “progenitora” da Universidade e teve vida orgânica e dinâmica. O Liceu, ou Escola de Aristóteles, superou a Academia de Platão no que se refere à pesquisa pré-experimental e destacou-se tanto na pesquisa quanto a Academia se destacara na reflexão filosófica.

Porém, o mais ambicioso projeto de implantação de um centro de estudo e pesquisa foi, conforme Baiardi (1996), a Escola de Alexandria. Esse destaque deve-se não apenas pelo seu pioneirismo, mas também pelo seu legado de tradição e de saber. Nela a ciência deixa de ser vista, pela primeira vez, exclusivamente como uma matéria de contemplação, passando a ser enxergada como um instrumento de aperfeiçoamento da vida comum.

Já a universidade medieval se distingue e muito das escolas do mundo antigo, diferindo-se, também, da concepção de universidade moderna, predominantemente pública e promotora de pesquisa. Nas universidades medievais o apoio à ciência e tecnologia foi essencialmente indireto. (BAIARDI, 1996)

Nelas a preocupação com a sobrevivência diante dos dogmas da Igreja Católica fez com que não se tivesse o ideal de buscar novos conhecimentos, mas apenas

legitimar visões de mundo já estabelecidas, desestimulando, desta forma, pesquisas empíricas. Apesar da pouca contribuição no desenvolvimento das ciências empíricas, houve nelas alguns exemplos de realização de experimentos.

Até o século XVIII, devido às pesadas anuidades, a universidade é acessível apenas à nobreza e à alta burguesia. A partir de meados deste século, com a expulsão dos jesuítas da França (1762) inicia-se o processo de nacionalização e estatização das universidades bem como a abolição do monopólio corporativo dos professores (LOPES, 2003)

Nesse mesmo período surge o “*papel social das universidades*”, com o desenvolvimento de três novas profissões de interesse dos governos: o engenheiro, o economista e o diplomata (TRINDADE, 1999, p.16)

O nome Universidade deriva de **universitas**, que era a designação dada às associações de discentes, das mais diferentes nacionalidades. Este tipo de instituição era denominada na época **Studium Generale**. O nascimento da universidade medieval ocorreu na Península Itálica, em Bolonha, com a união das escolas de direito, medicina e filosofia e artes. (BAIARDI, 1996, p. 73, grifo do autor)

A partir de 1810, com a criação da Universidade de Berlim, se inicia um novo capítulo na história da ciência. É nela que, pela primeira vez, se busca associar a pesquisa com a educação, priorizando a produção de novos conhecimentos e não mais servindo apenas como reprodutora de dogmas e verdades dadas, tornando-se um modelo que influenciaria todos os países. Com um sistema educacional integrado, dirigido e orientado por professores e intelectuais, reuniu-se efetivamente, pela primeira vez, o ensino à pesquisa, primeiramente na química, na farmácia, na fisiologia e nas humanas. (SCHWARTZMAN, 1979)

Apesar das dificuldades, visto que há uma tensão natural entre o ensino, que transmite o que já é conhecido, e a pesquisa, que busca desvendar o desconhecido, a idéia de que era necessária uma associação entre ensino e pesquisa logo ganha espaço e se espalha para outros países.

As primeiras décadas do século XIX já anunciavam mudanças. Uma delas era a de que universidade deveria ser o *locus* preferencial, ainda que não fosse exclusivo, da pesquisa científica. “*Apesar dos grandes avanços da ciência, tanto na Inglaterra, como na França - nos séculos precedentes e no próprio século XIX – nenhuma destas nações foi capaz de envolver o ensino com a pesquisa, como fez a Alemanha.*” (BAIARDI, 1996, p. 159)

As profundas transformações nos principais centros de educação superior do Ocidente, quais sejam, a Inglaterra, a França e a Alemanha, no final do século XVIII, onde esta última acabaria por dominar todo o novo século, exerceria forte influência sobre o sistema de educação superior nos Estados Unidos, o qual chegaria ao auge no século XX. (SCHWARTZMAN, 1979)

Já no século XVIII, algumas instituições propuseram um tipo de educação muito mais técnica e especializada do que a que era oferecida pelas universidades tradicionais. As mais conhecidas, dentre elas, eram as universidades escocesas, a *École Nationale de Ponts et Chaussées*, francesa, e a *Gergsakademie* em Freiburg.

Até o século XIX a história institucional da ciência europeia pode ser narrada como a história da conquista gradual, pela ciência experimental, de uma posição central na cultura e na cosmovisão do Ocidente. A ciência experimental se desenvolveu fora das universidades tradicionais, e só no século XIX criou raízes com a conexão íntima entre a ciência e a universidade. (SCHWARTZMAN, 1979, p. 2)

Landes (1998), em seu livro “A riqueza e a pobreza das nações” desenvolve o argumento que, segundo ele, colocou a Grã-Bretanha, hoje Inglaterra, como o principal centro de referência da Revolução Industrial - RI. E para se entender tal pensamento, ele enfatiza o próprio uso da palavra ‘revolução’. Segundo ele, tal palavra apresenta diversas faces. Por vezes, evoca visões de mudanças rápidas, até brutal ou violenta. Há quem as enxergue a partir de uma ótica progressista, mas há também os que a considera intrinsecamente destrutiva das coisas de valor e, por isso mesmo ruim.

Todavia, o autor chama a atenção para o uso que faz do termo ‘revolução’, apropriando-se do seu mais antigo sentido metafórico para caracterizar um caso de

grande mudança ou alteração em um determinado estado de coisas. A ênfase, portanto, incide muito mais no profundo do que no rápido.

Desenvolve tal argumento para ratificar a idéia de que as mudanças ocorridas com a Revolução Industrial não foram realizadas “da noite para o dia”, como em um processo rápido e contínuo de mutações. As invenções não surgem maduras, acabadas no mundo. Ao contrário, precisa-se de uma série de pequenos e grandes aperfeiçoamentos para que uma idéia se converta em uma técnica.

Por que, então, a Revolução Industrial aconteceu na Inglaterra e nessa época determinada? Landes (1998) sublinha a acumulação de conhecimentos e de competência prática e a transposição de uma série de limiares. Ao contrário do que aconteceu em outros países, como a China e a sua interrupção do avanço intelectual, na Europa o processo se dá ao reverso: a acumulação de conhecimento não é interrompido. Mesmo havendo, também na Europa, os altos e baixos da ciência e da tecnologia, áreas de força e de fraqueza, centros que mudavam com os acidentes da política e a influência do gênio pessoal, alguns fatores foram decisivos e, segundo ele, distintamente europeus para o sucesso, a saber: a crescente autonomia da investigação intelectual; a criação de uma linguagem de prova reconhecida, usada e entendida para além de fronteiras nacionais e culturais e; a invenção da invenção, ou seja, a rotinização da pesquisa e sua difusão.

A Grã-Bretanha se achava na dianteira na manufatura caseira, semente do crescimento; no recurso ao combustível fóssil; na tecnologia daqueles ramos cruciais que constituiriam o núcleo da Revolução Industrial. Isto se devia em parte às contribuições da Lunar Society e da Society of Arts, instituições que fomentavam o desenvolvimento das tecnologias e a aproximação deste conhecimento do mundo da ciência ou da filosofia da natureza. Adiciona-se a isso a eficiência da agricultura e do transporte britânicos. Sua inicial superioridade tecnológica nesses ramos fundamentais foi o resultado de trabalho, talento, imaginação e espírito de iniciativa, conforme Landes (1998).

Assim, considera-se que a Grã-Bretanha possuía as qualidades essenciais, as potencialidades, e converteu tudo isso em realizações concretas, levando-se em conta suas vantagens materiais, seus valores não-materiais e suas instituições.

Apesar de grandes invenções terem surgido antes mesmo da RI, como a roda d'água já conhecida dos romanos, os óculos largamente produzidos na Itália em meados do século XV, o relógio mecânico na Europa medieval, a imprensa inventada na China no século IX, e a pólvora também conhecida dos chineses ainda no século XI, é com RI que algumas dessas descobertas ganham maior destaque, difusão e aplicabilidade industrial na Europa.

Desta forma, Landes (1998) considera o avanço da ciência e da tecnologia como sendo a chave para a explicação do desenvolvimento de uma nação, dando uma ênfase especial à influência do ambiente cultural e institucional da nação para a explicação do avanço.

No início do século XX, os Estados Unidos começam a ganhar notoriedade na liderança do desenvolvimento científico e tecnológico, desbancando a supremacia que a Europa Ocidental, na figura da Alemanha, exercitava no campo da ciência e da tecnologia. A principal característica do sistema americano, segundo Schwartzman (2007), é o pluralismo e a diversidade.

Destaca-se a ascensão dos Estados Unidos como potência científico-tecnológica devido, principalmente, às crescentes relações entre a pesquisa fundamental e a pesquisa aplicada. A distância entre a realidade norte-americana e a européia se acentua em favor da primeira. (BAIARDI, 1996)

Para que surgisse essa nova visão acerca da educação superior, precisou existir dois tipos de pressão: primeiro, a necessidade de incorporar novos conhecimentos produzidos pela ciência experimental em expansão; e segundo, a necessidade de eliminar os privilégios especiais das profissões e corporações mais antigas, o que possibilitou o surgimento e avanço de novas profissões, escolas e métodos de ensino. Essa transformação ocorre de modo mais radical na França, onde as velhas universidades foram substituídas por escolas profissionais, sendo retomado, mais

tarde, o antigo modelo. Havia, também na Inglaterra, uma tendência para a profissionalização da educação, embora não tão forte como na França. Entretanto, convém ressaltar que instituições como a *Royal Society* (Inglaterra) e a *Académie des Sciences* (França) visavam claramente, conforme Schwartzman (1979), desenvolver o conhecimento prático e aplicado, a serviço das elites.

Morhy (2007), entretanto, afirma que examinando os registros históricos, constata-se que as sociedades sempre estiveram conflitando com as universidades, e estas sempre estiveram se autocriticando e buscando reformar-se. Ao longo dos séculos, a universidade passou por inúmeras reformas: procurava-se torná-la "mais eficiente" ou "mais útil". Na prática, o que se quis foi assegurar o controle do Estado, em detrimento da autonomia - considerada vulnerável aos corporativismos e aos controles religiosos e partidários.

A verdade é que, ainda segundo Morhy (2007),

a universidade sonhada nunca de fato aconteceu, até porque é quase uma idealidade, uma utopia pura, inatingível - mas sempre desejada. Talvez esteja aí a sua força, a sua resistência milenar. As que mais avançaram ou se destacaram apenas chegaram às fronteiras mais próximas dos sonhos. Sonhos que mudam com o tempo, com a dinâmica evolutiva da humanidade. Os novos paradigmas - que as universidades tanto ajudaram a construir - determinaram profundas transformações no mundo em todos os tempos. Mudanças essas que muito as afetaram, imprimindo-lhes também peculiaridades nacionais e regionais. (MORHY, 2007, p. 03)

## 1.2 – OS AVANÇOS DA ATIVIDADE CIENTÍFICA E A UNIVERSIDADE NO BRASIL

No Brasil colônia, as primeiras atividades científicas foram realizadas pelos jesuítas durante os séculos XVI e XVII sob o controle da Coroa Portuguesa. A ocupação do Nordeste pelos holandeses superou em qualidade e quantidade a contribuição dos jesuítas. (BAIARDI, 2002).

Dantes (2001) lembra que é arriscado restringir a produção científica do Brasil apenas paralelo ao nascimento das primeiras universidades, que data da década de 30 do século XX, haja vista que importantes instituições científicas de hoje estão alicerçadas nos embriões que datam desde o período Imperial.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, em 1808, vieram também muitas inovações. Contudo, uma universidade somente seria contemplada no final do período, iniciativa associada ao nome de José Bonifácio de Andrada e Silva. Para ele, a única garantia de sucesso era a interação do conhecimento científico com a atividade de produção. (SCHWARTZMAN, 1979)

Ainda que tal projeto tivesse se materializado, ele provavelmente não conseguiria fundir o ensino, a pesquisa e a formação profissional, tal como ocorreu nas universidades européias, que passaram por um processo de modernização no século XIX. No Brasil, as transformações ocorridas do topo para a base foram tentativas de formar indivíduos qualificados tecnicamente para administrar os assuntos do Estado e descobrir novas riquezas. (SCHWARTZMAN, 1979)

Ao assumir um caminho independente, a cultura brasileira incorporava apenas um dos componentes da idéia progressista de ciência da época, a relativa à sua aplicação. Faltava-lhe, porém, o outro componente essencial: a existência de setores da sociedade que vissem no desenvolvimento da ciência e na expansão da educação o caminho para o seu próprio progresso. (SCHWARTZMAN, 1979)

Oliveira (2005) destaca que uma das formas de melhorar a compreensão da história das ciências é conhecer seus processos de difusão e legitimação e isso envolve aspectos da cultura e da vida social que geralmente acabam ficando de fora das reconstruções do desenvolvimento científico.

O problema desse tipo de reconstrução é que secundariza, conforme o autor, o papel que outros fatores desempenham na aceitação de idéias e experimentos. Sem esses outros fatores, o desenvolvimento da ciência pode apresentar-se extremamente natural e lógico. *“O reconhecimento desses outros elementos culturais ‘menos racionais’ tornou-se um cavalo de batalha nos debates sobre a ciência porque parece contradizer a imagem que a atividade científica é por excelência racional”* (OLIVEIRA, 2005, p. 69)

Contudo, independentemente de concordar ou não com a existência de certa autonomia do debate científico em relação aos outros fatores, parte-se do princípio de que a representação social teve e tem grande influência na difusão da ciência e no papel que ela passou a ocupar em nossa cultura. Adotando-se a categoria do imaginário, reconhece-se a importância que ficções, ideais, discursos, projetos e sonhos têm ao lado de – e não em contraposição a – políticas, normas e costumes, legitimação, disseminação e institucionalização de práticas e tendências culturais. (OLIVEIRA, 2005)

Entretanto, lembra Dantes (2000), as instituições brasileiras do século XIX não estavam dissociadas dos padrões de cientificidade da época e que, com suas especificidades, procuravam manter contato com instituições de outros países.

No Brasil, assim como em vários países do mundo, o longo processo de gestação e difusão cultural de valores e modelos científicos se intensifica no decorrer do século XIX e se cristaliza na primeira metade do século XX. (OLIVEIRA, 2005). A própria concepção de moderno deve ser conceitualmente precisa e historicamente definida, pois exprime mudanças nas relações sociais e políticas de valores e comportamentos coletivos, como discute Neves (2002).

Como substantivo foi concebido para designar a reação aos efeitos da Revolução Industrial sobre as manifestações culturais. Contrapõe-se ao ultrapassado, velho, antigo (...) identificando o novo, o transformado ou o transformador. Entretanto, para historiadores, moderno significa período histórico. A Idade Moderna corresponde à época posterior à Idade Média, marcada pela avassaladora onda de inovações ocorridas na Europa, com o Renascimento, a Reforma, as descobertas e invenções técnico-científicas, que possibilitaram a conquista do mundo pelos europeus. (NEVES, 2002, p. 11)

A formação da economia de mercado marcou o início dos tempos modernos, rejeitando o auto-abastecimento feudal. Ao se consumir a transição para o período histórico identificado como Contemporâneo, época em que se gestou o fenômeno da *modernidade*, com as revoluções tecnológica inglesa e social francesa, no século XVIII, denominou-se *antigo regime* a associação de monarquias absolutas com economia mercantil, dois fenômenos da Idade Moderna.

Nesta constante metamorfose, a idéia modernizou-se, isto é, o moderno maquiou-se com novos elementos conceituais para identificar ou abranger o novo, ou antes, a ruptura, ressignificando o anterior como arcaico, conservador, para afirmar o inovador, reformador ou revolucionário como moderno. Assim, interesses contraditórios nas ordens econômica, jurídica, social, política, cultural, em conjunto ou particularizados, desdobram-se em conflitos, impondo transformações – reforma ou revolução, conforme a intensidade e abrangência histórica – estabelecendo, em conseqüência, nova ordem ou, simplesmente, modernizando o contexto socioeconômico, jurídico-político, técnico-científico e artístico-cultural, na proporção do alcance estrutural ou conjuntural.

Freire-Maia (1997) destaca que a história da ciência no Brasil, assim como qualquer história, pode ser subdividida em vários períodos. A demarcação de períodos históricos pode variar de autor para autor, segundo o ponto de vista que adotam e que se reflete no peso que dão aos vários acontecimentos. Para defender tal argumento, o autor utiliza-se do exemplo da demarcação do início da Idade Média, a qual diferentes autores delegam a diversos acontecimentos que datam de diferentes anos. Assim sendo, o mesmo acontecimento pode pertencer a períodos distintos da história, variando conforme a demarcação utilizada pelo historiador.

No Brasil, vários acontecimentos podem se candidatar à posição de marcos entre períodos da história da ciência brasileira, a saber, a abertura dos portos ao comércio com as nações amigas (1808), a independência (1822), a república (1889), a revolução de 30, a criação da Universidade de São Paulo - USP (1934), a fundação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC (1948), a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq - e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (1951), etc. (FREIRE-MAIA, 1997)

Ainda em conformidade com o autor, o período de 1500 até 1808, com a abertura dos portos, apenas revelou esparsas atividades nacionais e poucas missões estrangeiras, mesmo já havendo cientistas brasileiros. O primeiro Observatório Astronômico do Hemisfério Sul foi criado em 1639, em Pernambuco por Maurício de Nassau, com realizações de pesquisas já no ano seguinte.

De 1808 até 1822, com a independência, cresce o número de missões científicas no Brasil, enviadas pelas “nações amigas”; a importação de livros recebe incrementos; surgem algumas instituições de nível superior como a Escola de Cirurgia e Anatomia em Salvador, a Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, o Jardim Botânico e o Museu Nacional, tendo o Príncipe Regente (futuro D. João VI) como o principal autor de tais atos.

Entre 1822 e 1892, este último sendo o ano de doutoramento do Oswaldo Cruz pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, acentua-se levemente o desenvolvimento da ciência. Surgem, nesse período, a Escola de Minas (1832) e a Escola de Farmácia (1839) em Ouro Preto e o Instituto Agrônomo de Campinas (1887).

Oswaldo Cruz formou-se Doutor em Medicina em 1892. Embarcou, em 1896, para o Instituto Pasteur de Paris, que reunia os grandes nomes da ciência da época e onde foi especializar-se em bacteriologia. Ao regressar da Europa, Oswaldo Cruz encontrou o porto de Santos assolado por violenta epidemia de peste bubônica e logo se engajou no combate à doença. Para fabricar o soro antipestoso, foi criado a 25 de maio de 1900, o Instituto Soroterápico Federal, instalado na antiga Fazenda de Manguinhos, com direção geral do Barão de Pedro Affonso, e direção técnica do jovem bacteriologista Oswaldo Cruz. Em 1902, Cruz assumiu a direção do novo Instituto, que ampliou suas atividades, dedicando-se também à pesquisa básica e aplicada e à formação de recursos humanos. No ano seguinte foi nomeado Diretor-Geral de Saúde Pública. No ano de 1909 deixou a Diretoria Geral de Saúde Pública e passou a dedicar-se exclusivamente ao Instituto que agora tinha o seu nome. (FIOCRUZ, 2009)

O período entre 1892 e 1934, ano de criação da USP e de sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, marca uma nova fase no desenvolvimento da ciência no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, assim como, em menor escala, em outras capitais do país. Em 1899 é criado o Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro e, em São Paulo, o Butantã, instituição que já em 1901 tornara-se autônoma. Em 1916 funda-se a Academia Brasileira de Ciências e, na década de 1920 surge o Instituto Biológico em São Paulo.

Entre o período de 1934 a 1951 cria-se o CNPq e a CAPES. Surge o regime de tempo integral generalizado, especialmente na USP. Criam-se faculdades de filosofia, ciências e letras em muitas universidades estimulando-se, bem ou mal, a pesquisa. Já desenvolve-se, em alguns centros mais adiantados, projetos de investigação na direção de linhas internacionais. A fundação da SBPC (1948), a criação da Comissão Nacional de Energia Nuclear e do Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas (1949), o início das reuniões anuais da SBPC e da publicação da Revista *Ciência e Cultura*, são alguns dos acontecimentos importantes deste período.

A partir de 1951 vive-se uma fase de altos e baixos do desenvolvimento da ciência no Brasil. Ao lado de fatos positivos como o surgimento do CNPq, da CAPES, da Universidade de Brasília, do Fundo de Desenvolvimento Técnico-Científico (FUNTEC), da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), de fundações estaduais de amparo à pesquisa (sendo a primeira a da Bahia (FBDC – Fundação Baiana para o Desenvolvimento das Ciências), e a segunda Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP), a reforma estrutural das universidades federais e ampliação de seu regime de tempo integral, o crescimento das verbas destinadas à pesquisa e à pós-graduação, houve, no período ditatorial (1964-1985), apesar de alguns aspectos positivos, um violento retrocesso no desenvolvimento que se fazia desde a década anterior. Fecharam-se laboratórios, demitiram cientistas, alguns deles acabaram sendo presos e acentuou-se a emigração de “cérebros”. O agravamento de tal quadro veio a partir de 1969, quando o AI-5 iniciou uma verdadeira devastação de parte do edifício educacional e científico do país. (FREIRE-MAIA, 1997)

Na década de 1950, faculdades estaduais e privadas foram federalizadas e reunidas, formando universidades, mantidas e controladas pela União. Durante a ditadura militar, malgrado o referido no parágrafo anterior, as universidades públicas tiveram uma fase de maior desenvolvimento no Brasil, graças à construção de campi suburbanos, à institucionalização do trabalho docente em tempo integral, à criação da pós-graduação articulada à carreira dos professores e às linhas de fomento à pesquisa científica e tecnológica. (CUNHA, 1999)

A construção de *campi* suburbanos objetivava, segundo Lopes (2003), isolar a comunidade acadêmica do convívio com a sociedade, evitando que esta fosse contaminada pela ideologia dominante nas universidades, as quais combatiam o regime militar.

Conceituando universidade, mais precisamente universidade pública, de acordo com Lopes (2003), são organizações de ensino, pesquisa e extensão; entidades sem fins lucrativos que se caracterizam pelos múltiplos serviços que proporcionam. Cabe a ela gerar, sistematizar e difundir conhecimentos científicos e cultura. Embora não opere competitivamente em mercados de produtos, tem a capacidade de gerar múltiplos bens e serviços, porém nem todos diretamente observáveis.

De acordo com Kawamura (2007), a universidade deveria ser o *lócus* privilegiado para a formação dos quadros de nível mais elevado em condições de acompanhar a produção científica e tecnológica mais avançada, além de realizar pesquisas e adaptações locais de tal produção. Ademais, a partir da formação de especialistas se desenvolveria a capacidade de adaptação de toda produção nacional aos parâmetros internacionais.

Considera-se que o ensino, a pesquisa e a extensão sejam os principais *outputs* da universidade pública e que estes se relacionam à produção da universidade pública que, como já se sugere, é pública no sentido *lato* e, por isso mesmo, destinada ao povo, à coletividade.

A primeira universidade oficial do Brasil foi criada no Paraná e não teve vida longa. Surgiu em 1912 e em 1920 foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, com a fusão das antigas escolas de engenharia, medicina e direito. Contudo, essas primeiras universidades não passaram, na visão de Schwartzman (1979), de um simples aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições. A primeira legislação federal que delineia as características próprias de uma universidade data de 1931.

Segundo Pestre (1996), *“a ciência é, por definição, uma atividade coletiva, uma atividade organizada em locais e através de instituições.”* (PESTRE, 1996, p. 38)

Contudo, a realidade mostrava que a pesquisa científica, a ciência, foi posta de lado como algo de importância inferior, onde as universidades deveriam funcionar muito mais como escola de formação de professores.

A historiografia brasileira toma habitualmente o ano de 1930 como a data em que o Brasil ingressou no mundo moderno. As duas primeiras universidades do Brasil foram criadas nessa década, não pelo governo federal, mas pelos governos da cidade do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo. A Universidade do Distrito Federal - UDF- criada no Rio de Janeiro por um decreto municipal e por iniciativa de Anísio Teixeira, era integrada por cinco escolas: ciências, educação, economia e direito, filosofia e letras, artes. Desde seu início, o clima tenso de confrontação ideológica que existia na época entre os intelectuais brasileiros se fez presente. Não havia instalações para pesquisa, nem pesquisadores trabalhando em tempo integral. (SCHWARTZMAN, 1979)

A Universidade do Distrito Federal foi fechada e substituída pela Universidade do Brasil, criada oficialmente por uma lei de 5 de julho de 1937, para se ajustar aos projetos de governo de Getúlio Vargas e da Igreja Católica. Não se esperava que tal universidade crescesse, mas sim que impedisse todas as tentativas de inovação e experimentação no país.

Apesar de ter existido por um período inferior a quatro anos, a UDF marca significativamente a história da universidade no Brasil, sobretudo levando-se em conta o contexto em que se dá sua criação (1935) e sua extinção (1939), em pleno Estado Novo. Surge sob uma definição precisa e original do papel e das funções da universidade. O decreto que a institui, Decreto Federal nº1.063/39, justifica a necessidade de sua instalação e define como seus fins: "promover e estimular a cultura a concorrer para o aperfeiçoamento da comunidade brasileira; encorajar a pesquisa científica, literária e artística; propagar as aquisições das ciências e das artes pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular;

formar profissionais e técnicos em diversos ramos e prover a formação do magistério em todos os seus graus". (FÁVERO, 2009)

Com essas preocupações, os primeiros anos da UDF são dedicados à organização de seus cursos e de seu corpo docente. Buscam-se na Europa professores para aquelas áreas nas quais se considerava não haver, no Brasil, profissionais suficientemente preparados. A presença desses estrangeiros marcou a UDF. Mesmo por um período curto, estes estrangeiros estiveram voltados, em geral, para a formação de pesquisadores naquela Universidade.

Apesar do momento vivido pelo país como sendo um de seus períodos de maior repressão, a UDF, como parte de um programa integrado de educação pública para a capital, surge como um projeto de Universidade a ser construído, em direção a uma nova realidade. Surge com a preocupação de ser um centro de estudos, de produção de saber e de cultura, marcada pela liberdade de expressão e de pensamento, o que lhe dá, ao menos potencialmente, caráter de uma instituição crítica e inovadora. (FÁVERO, 2009)

Em contraste, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, é tida como o acontecimento mais importante na história da ciência e da educação no Brasil. Trazia, em seu seio, aspirações da classe abastada do estado, além da preocupação da elite paulista com o conhecimento técnico e a educação superior, o que não começou em 1932, haja vista que desde antes de tal data, já figurava no estado instituições como o Instituto Butantã, o Instituto Biológico e as escolas de engenharia e medicina.

A nova universidade seria pública, laica, livre de influências religiosas, funcionando como uma instituição integrada e não como escolas isoladas. Seu primeiro objetivo era promover o progresso da ciência através da pesquisa; o segundo, transmitir conhecimento; o terceiro formar especialistas e profissionais e; o quarto, promover a difusão e a popularização das ciências, artes e letras por meio de cursos de curta duração, conferências, programas de rádio, filmes científicos, etc. (SCHWARTZMAN, 1979)

Contudo, Schwartzman (1979) ressalta que a concentração de recursos tanto institucionais quanto financeiros em São Paulo e no Rio de Janeiro acabava por inibir projetos semelhantes nas demais regiões do país. Quase sempre as instituições acadêmicas ou de pesquisa de outros estados, como por exemplo, Recife, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, serviam principalmente como um campo de formação e seleção para as principais cidades do país.

Tratando-se exclusivamente de universidades, o número total existente no Brasil, segundo dados do MEC, corresponde a 183, das quais 96 são públicas e 87 são privadas. Entre as regiões do país a distribuição assim se apresenta: Norte 13 (12 públicas e 1 privada); Nordeste 34 (28 públicas e 6 privadas); Sudeste 80 (28 públicas e 52 privadas); Sul 42 (19 públicas e 23 privadas); Centro-Oeste 14 (9 públicas e 5 privadas)

Apenas nas regiões Sul e Sudeste o número de instituições privadas supera o de instituições públicas. Nas demais regiões, a predominância é de instituições públicas. Na região Sudeste destaca-se o estado de Minas Gerais, o qual possui o maior número de universidades públicas federais do país, alcançando a marca de 11 instituições. (MEC, 2009)

O estado de São Paulo concentra praticamente 50% das universidades da região sudeste. Do total de 80, 39 delas encontram-se em São Paulo. A diferença para Minas Gerais é que naquele apenas 8 são públicas (3 federais, 3 estaduais e 2 municipais) e 31 são privadas. No Nordeste, destaque para a Bahia, com 6 instituições públicas e 2 privadas, segundo dados de 2007. (MEC, 2009)

### 1.3 - A UNIVERSIDADE PÚBLICA ENQUANTO PROTAGONISTA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

As universidades públicas são, no geral, organizações sociais bastante complexas. Tal complexidade está diretamente ligada às suas dimensões, à variedade de recursos que mobiliza, à multiplicidade de produtos e serviços que elabora e oferece à comunidade, à diversidade do público-alvo que deve atender, às relações

interinstitucionais em que se insere e que gerencia e, ainda, porque produz e administra a instituição da ciência. (LOPES, 2003)

Estudar universidades públicas brasileiras significa privilegiar três aspectos fundamentais desse tipo de organização, a saber: a sua estrutura, a sua cultura e o seu desempenho.

Quando utilizado neste estudo, o termo “ciência periférica” não deve ser entendido como sinônimo de atraso científico, nem como uma adjetivação comparativa que venha a subestimar o nível, a qualidade e o potencial científico das regiões tidas como periféricas ou excluídas, segundo critérios de desenvolvimento econômico. (SANTOS, 2008).

O conceito de ciência periférica tem a ver com a maior ou menor aproximação ou aderência do que é produzido cientificamente com os paradigmas dominantes, definidos a partir do conceito de paradigma e de ciência normal de Kuhn (1970).

Desta forma, pode-se afirmar que a ciência periférica não significa, necessariamente, ruptura, distanciamento desta com a chamada ciência normal. Muitas vezes, a ciência periférica pode complementar a ciência normal. Também pode existir em centros ou regiões considerados centrais, desde que a pesquisa desenvolvida deixe de obedecer a um ou a alguns critérios da ciência central (SANTOS, 2008).

Não obstante, em última instância não haja um determinismo geográfico na definição de ciência periférica, ela está mais presente no hemisfério sul, em países subdesenvolvidos e de industrialização tardia. A maior dependência de recursos e os entraves na escolha dos temas relevantes demonstram a separação entre a periferia e o centro científico mundial. Quanto à apropriação da produção científica para finalidades econômicas, existem países periféricos que produzem ciência de qualidade, mas que enfrentam barreiras e preconceitos das grandes corporações (SANTOS, 2008).

São raros os casos de regiões periféricas que lograram desenvolvimento científico com padrão de ciência central. Contudo, tal existência revela um grande esforço que combinou, em diferentes situações históricas, vontade política, reconhecimento nacional do trabalho científico, relacionamentos diretos e privilegiados com o exterior, criação de bases tecnológicas e um forte sentimento nacionalista disseminado no meio científico.

Estes ingredientes permitiram conquistas expressivas a países como Japão, URSS, China, Israel, Índia e Coréia, todos periféricos em algum momento histórico em relação à Europa e Estados Unidos, considerados espaços da hegemônica ciência central ocidental. (SANTOS, 2008, p. 21).

O avançar do processo de desenvolvimento tecnológico, ocorrido no final do século passado, acirrou e acelerou a competição econômica entre os países desenvolvidos. Por essa razão, a posição destes passou a depender de sua capacidade de gerar e absorver inovações.

Gerar novas tecnologias, ou inovações, associa-se à investigação científica e à produção de conhecimento que se encontram também dentro das universidades e das instituições de ensino superior de um modo geral. O conhecimento tecnológico e o progresso técnico estão intimamente ligados ao desenvolvimento das economias capitalistas e, como parte desse conhecimento é produzida dentro das universidades, essas instituições apresentam-se como fundamentais e indispensáveis para o desenvolvimento econômico. (LOPES, 2003)

As universidades, através de seus programas de pesquisas, devem não só atender às demandas da sociedade, mas também direcionar, guiar o desenvolvimento, oferecendo não apenas alternativas de novas técnicas como também de novos métodos para os agentes integrantes do processo produtivo, o que tende a causar uma melhoria no nível de vida da sociedade. Assim, neste trabalho, pode-se afirmar a importância que a educação, em especial a educação superior, assume dentro do processo de desenvolvimento econômico. Considerando o local como raio de influência de uma universidade, como o exemplo da UEFS, a sua presença garante empregos diretos e indiretos, além de atrair discentes da microrregião, do estado e até do país, o que tem implicações diretas no município e sua economia.

Vale destacar que, conforme bem disse Bourdieu (1979, p. 56), quanto mais cedo se deixa de freqüentar a escola, mais restrita se torna a variedade das escolhas. “A cada um dos graus de instrução corresponde um grau determinado de liberdade”. Assim, melhorando a educação, com destaque para a educação superior, espera-se que se consiga maiores e melhores condições de enfrentar os obstáculos ao almejado e necessário desenvolvimento econômico e social.

Deve-se considerar que a instalação de uma universidade em determinado lugar tende a ganhar contornos socioespaciais pela incorporação do contexto econômico, político, cultural e histórico do seu entorno nas funções que exerce, assumindo importância singular na dinâmica dos processos de desenvolvimento, articulados com a utilização dos espaços regionais.

A universidade, então, tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e da cultura, além de ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico e de qualificar os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional. Ademais, tal instituição desempenha uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Desta forma, além de encontrar caminhos que promovam transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, às Universidades cabem atribuições de articulação entre saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige da instituição sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade.

Articular universidade e contexto regional remete, destarte, à consideração de que a localização geográfica se constitui em um importante indicador da inter-relação que existe entre os fatores que particularizam tais instituições, quando analisadas nos seus contextos locais.

A idéia de região relaciona-se com a noção de espaço. A polissemia da palavra permite uma intrincada rede de sentidos apropriados em diferentes acepções, em

diversas áreas do conhecimento ou em diversas situações da existência. Contudo, para compreensão das análises desenvolvidas no escopo desta investigação, “espaço geográfico” é entendido a partir da conceituação que Milton Santos dá a atual dimensão do significado de espaço, citado por Silveira (1990), que alia à visão topológica a dimensão temporal para significar a representação do conceito, para o qual:

O Espaço como espaço social, produto da ação humana, uma natureza socializada que, por sua vez, interfere no processo social não apenas pela carga de historicidade passada, mas também pela carga de inerente historicidade possível de ser construída, na medida que é instância de determinação no movimento do real, de transformação deste último, em outras palavras, de determinação na História a ser construída (SILVEIRA, 1990, p.28).

A concepção de região na história do pensamento geográfico tem sido submetida a estruturais mudanças em função das transformações das atividades desenvolvidas pelo homem que ocorrem no mundo e fazem com que os conceitos sejam repensados no sentido de se aproximarem mais da interpretação do real. A crescente complexidade dessas atividades, mediante avanços culturais, científicos e tecnológicos incorporados aos sistemas de produção e nas mudanças dos arranjos organizacionais experimentados por diversos grupos sociais, ao longo do tempo, trouxeram a necessidade de modificação das conceituações de região.

A nova fase da geografia abandona a idéia de paisagem fixa e os fenômenos passam a ser estudados em função das relações social e historicamente construídas, mais analíticas, a partir da superação das descrições regionais e da reflexão sobre o objeto de estudo.

Nesta perspectiva, ressalta-se a questão da explicação de um determinado fenômeno a partir do ponto de vista da espacialidade, ou seja, a dimensão espacial da realidade social e o papel do espaço na (re)produção da vida humana (CARLOS, 1996)

A “região” torna-se, então, uma importante categoria para que se possa compreender uma realidade particular dentro de um panorama global, onde as características históricas, aspectos culturais e outras conexões façam a diferença e sejam captados na totalidade do processo. (CARLOS, 1996, p. 21)

Para Santos (1997):

Num estudo regional se deve tentar detalhar sua composição enquanto organização política, econômica e cultural, abordando-lhe os fatos concretos para reconhecer como a área se insere na ordem internacional, levando em conta o preexistente e o novo para captar o elenco de causas e conseqüências do fenômeno. (SANTOS, 1997, p. 48)

## 2 - A UEFS NO CONTEXTO DA BAHIA

A década de 1950 e a implantação do nacional-desenvolvimentismo foram o marco significativo na economia brasileira, rumo às mudanças que se observaram na base econômica, nos anos posteriores. A ruptura do modelo primário-exportador em favor de um modelo conhecido como de “substituição de importações”, voltado para o mercado interno, significou uma profunda mudança quantitativa e qualitativa da economia brasileira.

A concentração da industrialização nas regiões Sul e Sudeste, entretanto, acentuou as disparidades regionais e provocou atraso nas demais regiões, levando o governo de Jânio Quadros à criação de órgãos promotores de desenvolvimento regional como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), idealizada e dirigida por Celso Furtado, instituição de fundamental importância para a instalação do parque industrial da Bahia.

As turbulências no cenário político com a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961, a deposição do presidente João Goulart e a instalação da ditadura militar, em 1964, não abalaram a crença no desenvolvimentismo. O governo João Goulart ressaltava a estreita ligação entre emancipação econômica e superação do subdesenvolvimento, fundamentando-se nas estratégias traçadas no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico. Já os militares, privilegiando a necessidade de controlar a crise econômica e financeira do país, estabeleceram as Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), visando à “aceleração do desenvolvimento” e à “contenção da inflação”. Posteriormente, traçaram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), que estabeleceram os grandes objetivos do desenvolvimento brasileiro: elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida, dentro de uma geração; duplicar a renda per capita e expandir a economia, ambientados em um cenário de “potência emergente”.

Tal projeto de “Brasil - potência” mundial emergente, levado a cabo pelo general Ernesto Geisel, propunha manter a performance econômica do modelo “milagre brasileiro”, implantar um novo padrão de industrialização baseado na indústria de

bens de capital (em substituição ao setor de bens duráveis) e insumos básicos. A expansão da indústria foi colocada, então, como primeira prioridade do governo.

Nesta onda dos acontecimentos e da implementação das políticas econômicas, a Bahia experimentou a gradativa mudança na base da sua economia com a entrada da produção petrolífera, a inauguração do Centro Industrial de Aratu, a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) e o Pólo Petroquímico de Camaçari.

As repercussões dessas medidas se fazem sentir a partir dos meados da década de 1970, com a superação da fase agroexportadora da economia baiana e crescente industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com grande impacto no grau de complexificação das atividades urbanas. A mudança decorre da agricultura, debilitada pela estagnação ou declínio dos produtos tradicionais (cacau, fumo, sisal, algodão, cana-de-açúcar, mamona) que regrediu sua participação no PIB estadual, cedendo sua relativa importância aos novos pólos dinâmicos de produção industrial.

Nas análises de Prosério (1994) e Menezes (2000), a industrialização fez com que a dinâmica de acumulação do capital na Bahia passasse a ser condicionada pela atividade industrial e, a partir da consolidação do Pólo Petroquímico, reforçou os vínculos entre a economia baiana e o Sudeste do país, tendo em vista seu caráter complementar à indústria instalada no Centro-Sul. Com essa matriz, a economia sofreu uma mudança estrutural que se caracterizou pela concentração espacial, ficando a RMS responsável por 70,5% do valor da transformação industrial, em 1999, conforme dados de Menezes (2000, p.77). Essa proeminência de Salvador resultou em obstáculos ao desenvolvimento de pólos regionais liderados pelas cidades médias.

## 2.1 - O MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA – BA

As primeiras medidas para transformar no que é hoje o município de Feira de Santana começaram com a criação da vila em 13 de novembro de 1832. Em 9 de maio de 1833, foi criada a Villa do Arraial de Feira de Sant'Anna, com o território desmembrado de Cachoeira, constituída pela freguesia de São José das

Itapororocas (sede), Sagrado Coração de Jesus do Perdão e Santana do Camisão, atual município de Ipirá. (IBGE, 2009)

A instalação do Município ocorreu em 18 de setembro do mesmo ano, quando foram empossados os primeiros vereadores: capitão Manoel da Paixão Bacellar e Castro - primeiro presidente, reverendos Luiz José Antônio Manoel Vitorino e Antônio Manoel Paulino Nascimento, capitão Joaquim José Pedreira Mangabeira e Joaquim Caribé Meretova. O primeiro intendente, a partir da Proclamação da República, foi Joaquim de Melo Sampaio (IBGE, 2009).

A lei provincial nº 1.320, de 16 de junho de 1873, elevou a vila à categoria de cidade. A partir daí, passou a ser chamada de Cidade Comercial de Feira de Santana. Os decretos estaduais 7.455 e 7.479, de 23 de junho e 8 de agosto de 1931, respectivamente, simplificaram o nome para Feira. O decreto estadual nº 11.089, de 30 de novembro de 1938, oficializou a denominação do município: Feira de Santana.

O nome da cidade é uma homenagem dos considerados fundadores. No século XVIII, o casal Domingos Barbosa de Araújo e Anna Brandoa ergueu uma capela na Fazenda Sant'Anna dos Olhos D'Água, em homenagem à sua santa de devoção, Senhora Sant'Anna.

Começava a nascer ali um ponto obrigatório de tropas, viajantes e tropeiros procedentes do alto sertão baiano e de outros estados a caminho do porto de Cachoeira, então a vila mais importante da Bahia. Surgia ali um cada vez mais próspero comércio de gado, ao lado de uma feira periódica.

O crescente ritmo de desenvolvimento do povoado exigiu a construção de ruas largas, onde começaram a ser instaladas casas comerciais em grande quantidade, para atender à população que crescia somada a chegada de brasileiros e estrangeiros que adotaram Feira de Santana como moradia.

Esse acelerado ritmo de crescimento levou o povo a reivindicar a criação do município. Era o nascimento daquela que se transformaria na segunda cidade do Estado, 31<sup>a</sup> do país, de acordo com a classificação por população do IBGE, e uma

vocação para atrair gente de todas as partes do país pela sua localização geográfica, como o entroncamento que une o país, e a hospitalidade do seu povo.

Em termos gerais, Feira de Santana localiza-se na zona de planície entre o Recôncavo e os tabuleiros semi-áridos do nordeste baiano. Possui uma população de 584.497 habitantes (IBGE, 2009)



Fonte: [http://www.webbusca.com.br/pagam/feira\\_santana/feira\\_santana\\_mapas.asp](http://www.webbusca.com.br/pagam/feira_santana/feira_santana_mapas.asp)

Com uma extensão de 1.344 km<sup>2</sup>, limitando-se ao norte com as cidades de Santa Bárbara e Santanópolis, ao sul com os municípios de Antônio Cardoso e São Gonçalo dos Campos, a leste com Coração de Maria e a oeste com Anguera e Serra Preta, distancia-se 108 km da capital do estado, Salvador.

Apresenta altitude de 324 metros acima do nível do mar, tendo como referência a Igreja Senhor dos Passos, localizada no centro da cidade, na avenida de mesmo nome, com clima quente e úmido.

De acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2009), em 2006 Feira de Santana representava o 4º PIB do Estado da Bahia, ficando atrás de dois municípios, além da capital: Camaçari e São Francisco do Conde, ambos fortemente influenciados pela cadeia produtiva do petróleo. Neste ano, o PIB de Feira de Santana alcançou os R\$ 3.853 milhões, representando 4% do PIB do estado.

Os distritos do município de Feira de Santana são: Bonfim de Feira, Governador João Durval Carneiro, Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria, Matinha e Tiquaruçu.

Nos anos de 1940 e 1950, a Bahia vive o apogeu da crise do desenvolvimento econômico, com o desmoronamento da lavoura açucareira, a qual passou a concorrer com os produtos internacionais. Com a industrialização brasileira ocorrendo em outras regiões, a Bahia e os demais estados da região Nordeste vivenciam uma transição, passando de região hegemônica para região periférica no novo modelo econômico. Por não participar da fase econômica do dinamismo do café, pois não detinha as condições climáticas determinantes para participar ativamente dessa atividade econômica, a Bahia começa a perder posições na economia nacional, assim como os demais estados do Nordeste que participaram da hegemonia política e econômica do país até as primeiras décadas do século XX.

Com a instalação de indústrias na Região Metropolitana de Salvador - RMS, maior pólo do estado, a Bahia começa a participar mais ativamente desse momento econômico. Buscando diversificar sua produção, impulsionada pela tentativa de modernização, instaura-se, no estado, no final dos anos 50 do século passado, a Refinaria Landulpho Alves, no município de São Francisco do Conde, e nos anos 60 do mesmo século, o Centro Industrial de Aratu – CIA, nas cidades de Candeias e Simões Filho. O processo de industrialização estadual ganha ainda, nos anos 70, a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Nos anos 80 essa industrialização se consolida com a implantação da metalúrgica de cobre, Caraíbas Metais na cidade de Dias D'Ávila.

É a partir do final dos anos 60 do século passado que o município de Feira de Santana começa a se inserir no processo de industrialização que já se fazia presente no estado. Nesse momento se inicia o planejamento da implantação do Centro Industrial do Subaé - CIS nesta cidade, sendo consolidado somente na década seguinte. Criado no bojo de um conjunto de políticas de desenvolvimento regional, baseado em incentivos fiscais e complementaridade de investimentos estatais visando descentralizar o processo de industrialização baiano, o CIS é concebido nos mesmos moldes do CIA, entretanto constituído a partir de uma iniciativa municipal, fato inédito na história da economia do Estado, notadamente no período mais autoritário do regime militar. Em 12 de julho de 1969, pelo decreto municipal nº 3.304, o então Prefeito municipal de Feira de Santana, Sr. João Durval Carneiro inicia o processo de desapropriação da área onde seria localizado o então distrito industrial.

O principal objetivo do CIS, que deveria ocupar uma área de 417 hectares, situada entre a BR 116 e a rodovia Salvador – Feira (BR 324) além do bairro do Tomba, era estimular a expansão de Feira de Santana como pólo secundário do Estado da Bahia, para complementar o eixo industrial da capital do estado. E para isso, alguns aspectos locacionais contribuíram decisivamente para consolidação do CIS. (CRUZ, 1992)

Apesar do seu perfil para atividade comercial, o município de Feira de Santana, que teve suas primeiras indústrias surgidas como extensão das atividades pecuária e fumageira, com indústrias artesanais de beneficiamento de fumo e peles, se inserirá no surto industrial vivenciado por todo o recôncavo, e que se esgotará no final do século XIX, sem abalar o seu caráter eminentemente comercial.

Possuidora de um grande rebanho bovino, a praça de Feira de Santana figura entre as cinco maiores do Brasil em volume de negócios, obviamente devido a sua forte vocação pecuária que remonta desde a sua fundação. A partir da criação do CIS, na década de 70 do século passado, o município deu um grande salto no campo da indústria, com a instalação de muitas delas, tais como: Pirelli Pneus, Jossan da Bahia, Cervejaria Kaiser, Refrigerantes da Bahia (Coca-Cola), Locarpe Embalagens, Parmalat, Química Geral do Nordeste, Nestlé S.A. etc. (CÂMARA...2009)

## 2.2 - TERRITORIALIDADE DO ENSINO / ESPAÇO UNIVERSITÁRIO

É sabido que para universidades instalarem-se em determinados locais, vinculam-se a tal decisão tanto fatores exógenos e endógenos, como também fatores que se referem à tradição histórica da emergência da instituição como às configurações econômicas, políticas, sociais e culturais presentes e combinados de formas diversas em determinados espaços e tempo histórico. (CUNHA, 1991)

Ainda conforme o autor, a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) acabou por induzir, no Brasil, que os campi universitários fossem instalados longe dos centros urbanos. O que o governo militar queria alcançar com medidas desse nível era que a unidade estudantil, construída a partir da espacialização das universidades que congregavam Escolas, Faculdades e Institutos dispersos em diferentes locais nas áreas urbanas, com grande capilaridade do tecido social e grande poder de mobilização da sociedade, fosse quebrada. Em suas palavras, o autor refere-se ao campus como um

espaço contínuo, delimitado e exclusivo, onde se reúnem os edifícios de uma universidade, podendo estar situado dentro da cidade, na sua periferia ou fora dela. A idéia limite do campus consiste no território que reúne todas as instalações de uma universidade (CUNHA, 1991, p. 141).

Buarque (1994) chama a atenção para o fato de que o conceito de campus, que surgiu com um sentido acadêmico referente ao lócus da produção intelectual, acabou por sofrer mudança no seu significado, passando a expressar a idéia de localização geográfica, onde se situam os prédios da atividade universitária. Para ele, “a partir dos anos 60, no Brasil, ele ganha também o significado de distanciamento em relação aos centros urbanos onde circula a população em geral”. (BUARQUE, 1994, p. 172). Consequentemente, o distanciamento cultural entre a Universidade e a população acabou por se aprofundar.

Em terminologia utilizada por Milton Santos (1999), campus universitário é o espaço resultante da geografização da sociedade sobre a configuração territorial, formando os fixos e os fluxos que interagem e se alteram mutuamente. Enquanto o campus é criado para exercer o trabalho, o território é o domínio do exercício do poder.

Assim, a territorialidade tem sido tema presente nas análises acerca de espaços delimitados no mundo globalizado, pela necessidade de se entender as diferenças neles inscritas, como contraponto à ideologia homogeneizante de uma civilização planetária que seja síntese das várias civilizações do mundo contemporâneo. A referência à territorialidade remete aos limites geográficos. Porém, o significado dessas fronteiras, as razões que levaram à imposição desses limites, a história que explica as iniciativas do Estado em estabelecer as fronteiras e sua manutenção, são elementos relacionados à manutenção do poder. (MIDDLEJ, 2004)

Para Milton Santos (2001):

[...] o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem. (SANTOS, 2001, p. 19)

O papel da territorialidade traduz-se na formação de processos identitários locais, levando em consideração sua dinamicidade, haja vista que os seus elementos – o homem e o espaço - são sujeitos à variações no tempo. Para Raffestin (1993, p.160), é esta característica que dá à territorialidade a possibilidade de vivências por intermédio de um conjunto de relações emergentes de um sistema tridimensional – sociedade, espaço, tempo. Segundo o autor: “[...] a análise da territorialidade só é possível pela apreensão das relações reais recolocadas em seu contexto sócio-histórico e espaço-temporal” (RAFFESTIN, 1993, p. 162).

O uso do território objetiva a formação socioespacial e determina o arranjo espacial dos objetos e equipamentos necessários à organização das relações entre os indivíduos e destes com as instituições presentes no lugar, reunidos “numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições sociais e jurídicas e formas geográficas” (SANTOS, 1999, p. 272).

Dada a sua natureza, para a instalação de universidades em determinados locais são levados em consideração aspectos infra-estruturais materiais e sociais,

composição dos orçamentos públicos, estrutura de gastos públicos, impactos sobre comportamentos individuais e coletivos, sobre a economia, cultura, política e história locais. Isso porque esses espaços detêm a representatividade política e econômica e concentram os setores mais dinâmicos de influência no seu entorno, podendo gerar um fluxo multidimensional do “vivido” territorial pelos membros daquela localidade, criando sua territorialidade. (MIDDLEJ, 2004)

No processo de instalação de universidades em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Sob este aspecto, a Universidade torna-se um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1992) e cumpre o papel de funcionalização do poder.

Assim, quando uma universidade se instala em determinada região, ela ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local, seja econômico, político, cultural e/ou histórico. Nesse movimento, tal instituição assume importância singular na dinâmica de desenvolvimento, relacionando-se a questões específicas do referido espaço regional no qual está inserida. Desta forma, a universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, graças a suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas, criando sentimento recíproco de pertença, no processo endógeno de influências. (MIDDLEJ, 2004)

Nesse sentido, a região de influência contribui sobremaneira para a sustentação das ações da Universidade, à qual cabe a função precípua de articulação entre o saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. À Universidade cabe a tarefa de conferir substância e consistência à idéia de universalidade, nutrindo-se das nuances das realidades particulares correspondentes à heterogeneidade de condições em que o homem histórico, econômico, político, cultural e socialmente se estabelece. Admite-se, com isso, que a Universidade está plantada nas diferentes experiências vividas pelo homem, que formam o conjunto das experiências sociais. Nesse sentido é que a região, entendida como uma dimensão particular da realidade, é recortada, a fim de que o conhecimento consubstanciado nas experiências seja universalizado. (MIDDLEJ, 2004, p. 111)

As universidades federais nos estados foram criadas baseadas na universidade do Rio de Janeiro. A presença de oligarquias na criação das universidades e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados são apontados como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação. Para grande parte dos historiadores, a instauração de muitas universidades significou o desvio de recursos financeiros para os estados, local de prestígio político e de emprego para os filhos das elites.

No bojo das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, viabilizou-se, a partir de 1960, a expansão do sistema através da ampliação da oferta de escolas do 3º grau no interior do país, especialmente pela esfera privada. Na Bahia, este contexto histórico propiciou a instalação de escolas isoladas, em diversas e principais cidades do interior, que viriam a se constituir núcleos de formação das universidades, hoje mantidas pelo Estado.

A crescente expansão da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus exigia a fixação no interior de pessoal habilitado para o exercício do magistério. Decorre-se daí as iniciativas de criação de escolas de formação de professores no interior do Estado. Através da Lei Estadual 1.802, de 25 de outubro de 1962, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité e Juazeiro (BAHIA, 1996).

Em Ilhéus, foi criada a Faculdade de Direito, autorizada a funcionar em 19/03/1960, e em Itabuna, a Faculdade de Filosofia, autorizada a funcionar em 05/10/1960, iniciando suas atividades com os cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências (os dois últimos com licenciaturas curtas).

Se, por um lado, esta foi a característica comum à formação das Instituições estaduais, por outro, a trajetória de cada uma diferenciou-se em decorrência da correlação de forças políticas em diferentes momentos de suas histórias, desenhando, no mapa da Bahia, uma regionalização.

Na onda desenvolvimentista, o governo do Estado da Bahia elaborou uma política global de desenvolvimento do sistema de educação, incluindo a organização

espacial do Ensino Superior no estado em consonância com sua divisão em Regiões Administrativas, através da criação de distritos geoeducacionais da Bahia (BAHIA..., 1969).

Essa política, sistematizada no Plano Integral de Educação e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (BAHIA,1969), definiu como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades "Centros de Polarização", mapeados sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos. A estratégia de implantação dessa política foi a instalação de faculdades nas principais cidades, sedes regionais das Regiões Administrativas, que viessem a atender às necessidades sociais e econômicas locais.

Porém, como assinala UEFS (1994, p. 72), a política de interiorização sofreu influências político-partidárias, não se conseguindo a capacitação estrutural que era uma das prioridades do Plano.

As escolas criadas, via de regra, ofereciam cursos de licenciatura (principalmente as chamadas licenciaturas curtas) e bacharelados na área de ciências humanas, na tentativa de suprir as deficiências regionais na formação de professores para a escola média. A opção de instalar instituições com tais perfis devia-se ao fato de serem mais fáceis quanto à disponibilidade de pessoal docente, além de serem menos onerosas, dependendo, basicamente, da organização de bibliotecas necessárias para seu reconhecimento por parte do Conselho Federal de Educação.

Sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas estruturaram-se via aglomeração de escolas superiores isoladas. Embora criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, trazidas das escolas que as antecederam, direcionadas à formação de professores e ao projeto acadêmico-institucional respaldados na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional.

Assim, surgiram, em forma de autarquias estaduais, em substituição às formas organizacionais extintas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – unicampus)) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - multicampi),

sob a Lei Delegada n.º 12, de 30/12/1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB - multicampi), sob a Lei Delegada n.º 66, de 01/06/83 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - unicampus), sob a Lei n.º 6.344 de 05/12/1991.

A diferenciação existente entre elas reside no perfil que cada uma foi assumindo, em função de sua história e da interação do seu projeto institucional com as regiões de sua abrangência, em atendimento às demandas e especificidades de cada região. (MIDDLEJ, 2004)

### 2.3 - A UEFS

Em oito de abril de 1946, pelo Decreto Lei nº. 9.155 do mesmo ano, cria-se a Universidade Federal da Bahia – UFBA. Em 1971 foi promulgada a Lei 5692 que instituiu também a reforma do ensino fundamental, com o intuito de ajudar a pôr em prática a reforma universitária de 1968, proposta pelo governo militar. Algumas medidas tomadas, com o decorrer dos anos, resultaram em verdadeiras inversões nos objetivos iniciais das reformas do ensino superior no país determinadas por tal regime político. A professora Albertina Lima Vasconcelos, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb), conta que para satisfazer as novas determinações de tal lei foram criadas várias faculdades no interior da Bahia, que deveriam formar os profissionais de licenciatura curta para atender à nova demanda em Estudos Sociais, Ciências e Letras. (DO IMPÉRIO..., 2007)

Na Bahia, as faculdades criadas no interior foram, após dez anos, transformadas em universidades estaduais. Tais faculdades impediram a migração de jovens para outras capitais e a expansão do ensino particular no interior da Bahia, promovendo o fortalecimento do ensino superior de caráter público no estado. (DO IMPÉRIO..., 2007)

A história da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) remonta a tal contexto, seguida da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano (UESB), em 1980, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), em 1983, e da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), em 1991, criadas respectivamente pela Lei delegada nº. 12

de 30/12/80, Lei delegada nº. 66 de 01/06/83 e Lei nº. 6.344 de 05/12/91. (SECTI, 2004)

Situada à Avenida Universitária, km 03 da BR 116, a UEFS traz em seu brasão o lema *Sitientibus* (aos que têm sede). Centro-norte baiano, região que integra o semi-árido, e “*encravada no epicentro do mais importante entroncamento do norte/nordeste brasileiro, ponto de convergência migratória*” (UEFS, 2007) a UEFS tem como primeiro referencial a diversidade cultural da região.

A partir da década de sessenta do século XX, as políticas de governo, tanto no plano federal como no estadual, passam a ser norteadas pela Teoria do Capital Humano, que entende a educação como um investimento pessoal e social que gera desenvolvimento econômico. Sob o influxo dessa teoria, em 1968, o governo baiano dá forma a uma política de educação (plano integral de educação), voltada para a ampliação e expansão do sistema de ensino em todos os níveis, com o objetivo de formar quadros para o processo de industrialização. Assim, o processo de interiorização teve início com a instalação de Faculdades de Formação de Professores nas principais cidades interioranas, sedes das regiões administrativas do Estado, que passam a atuar como distritos geoeducacionais.

É no âmbito dessa política que Feira de Santana – município caracterizado no Plano Integral de Educação, pelos seus indicadores econômicos e sociais, como o mais importante centro polarizador de desenvolvimento do interior do Estado – é contemplada, ainda em 1968, com uma Faculdade de Educação, que oferecia, essencialmente, cursos em áreas técnicas e de formação de professor e, em 1970, com a criação da Fundação Universidade de Feira de Santana – FUFES – através da Lei Estadual nº 2.784, de 24 de janeiro de 1970. Nesse contexto, vai-se pensando, projetando e delineando a Universidade ao lado da experiência inicial da faculdade, a qual funcionava em três municípios do estado: Feira de Santana, Alagoinhas e Vitória da Conquista.

Criada sob a vigência da Lei Federal nº 5.540, de 28 de novembro de 1968 e organizada de acordo com projeto elaborado pelo Centro de Estudos Interdisciplinares para o Setor Público – ISP – ligado à Universidade Federal da

Bahia, a FUFES (como foi inicialmente denominada), tem seu plano estrutural fundamentado nos dois princípios básicos da Reforma Universitária – o de não duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes e o da indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão – escolhendo-se, entre as alternativas de integração estrutural oferecidas pela Lei, aquela que opera com base na articulação entre departamentos e Administração Superior, eliminada a possibilidade de coordenação administrativa em nível intermediário (faculdades, institutos ou centros).

A intenção era dotar o interior do estado de uma instituição tipo universidade na totalidade de sua concepção, servindo mais proximamente à área de influência que tem Feira de Santana como centro polarizador, e a este próprio município, por suas condições de desenvolvimento. A idéia era interiorizar o ensino superior, o qual, até então, estava limitado à capital Salvador, atendendo, inicialmente a demanda educacional para, mais tarde, assegurar a formação de profissionais qualificados para o atendimento das necessidades sociais e econômicas das diversas regiões do estado.

Em 28 de abril é publicado no Diário Oficial da União o Decreto 77 496 de 27 de abril de 1976, que autoriza o funcionamento da UFS, com base no Parecer 26/76 do Conselho Federal de Educação – CFE –. Uma vez autorizada, a Universidade é instalada, solenemente, no dia 31 de maio de 1976, com o seguinte elenco de cursos: Licenciatura de 1º e 2º graus em Letras – Inglês/Francês; Licenciatura Plena em Ciências, com habilitação em Matemática e Biologia e em Ciências 1º grau; Licenciatura Plena em Estudos Sociais, com habilitação em Educação Moral e Cívica e em Estudos Sociais 1º grau; e mais os cursos de Enfermagem, Engenharia de Operações – Modalidade Construção Civil, Administração, Economia e Ciências Contábeis.

Em dezembro de 1980, no bojo de um processo de Reforma Administrativa do Estado, é extinta a Fundação Universidade de Feira de Santana – FUFES –, através da Lei Delegada nº 11, de 29.12.80, sucedida pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS –, Autarquia Especial, criada pela Lei Delegada nº 12, de 30.12.80. (UEFS, 2007)

Nos primeiros anos de funcionamento (1976-1982), a UEFS responde às demandas do mercado, atuando apenas de forma reflexa, com práticas curriculares assentadas na cultura academicista tradicional, na qual a reprodução do conhecimento – o ensino no sentido mais estrito – é presença dominante. Nessa fase, o foco das atenções é dirigido, prioritariamente, para a implantação estrutural da instituição, a saber: instalação e expansão física do *campus* universitário, elaboração e aprovação de instrumentos normativos, constituição da Administração Universitária, entre outras ações. Contudo, nesse ínterim, a instituição universidade, para os poderes constituídos, não faz jus nem mesmo a participar das discussões acerca de seu destino.

Ela pode e deve pesquisar, produzir conhecimento, sobretudo aplicável, segundo os interesses governamentais; mas refletir sobre seu papel e ter o seu próprio projeto, inclusive de crítica e de transformação do **establishment**, isso lhe é interdito. (UEFS, 2000).

Apesar do pioneirismo do estado da Bahia acerca da ciência e da tecnologia com a criação da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência na Bahia, em 1950, entidade que funcionou como uma agência de fomento, financiando, a fundo perdido, a implantação de infra-estrutura de pesquisa, complementando salários de pesquisadores e concedendo bolsas para pós-graduação, além de auxílios diversos para pessoas físicas e instituições, como bem lembram Mendes e Baiardi (2010), e da Secretaria de Ciência e Tecnologia em 1969, ocorreram, logo depois, constantes movimentos de construção e destruição/reconstrução de órgãos referentes ao desenvolvimento de C&T no estado.

Estas mudanças e discontinuidades impediram que se acumulassem experiências, que se formasse uma cultura organizacional em C&T na Bahia. Demonstraram, também, uma absoluta falta de sensibilidade e de visão por parte de governantes e legisladores na Bahia. O que de relevante acontece em termos de pesquisa básica, ou em termos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - na Bahia, fica por conta da Universidade Federal da Bahia e de outros órgãos ligados à rede federal de pesquisa como, por exemplo, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA - e a Fundação Oswaldo Cruz. (SECTI, 2004)

A Bahia parece ser um dos últimos Estados da Federação a contar com uma Fundação de Amparo à Pesquisa por haver faltado do Poder Público vontade, iniciativa política de realizar o que a Constituição Estadual determinava. Ao fazer uma análise histórica, depara-se com o processo histórico que vem marcando a área de C&T na Bahia, frequentemente anulada por uma série de atos que, ao invés de consolidar e solidificar C&T como função própria do Estado, torna-a mais fraca e desvalorizada politicamente, impossibilitando seu usufruto como importante mecanismo de desenvolvimento. (MENDES, BAIARDI, 2010, p. 54)

Como Universidade, a UEFS busca engajar-se no sentido de garantir a sua realização como espaço livre e autônomo de criação de conhecimento, de convivência dialética e de constante avaliação crítica, tornando-se uma universidade integrada em si mesma e à sua região. Visa crescer institucionalmente, ampliar a área de influência e atuação, aperfeiçoar o processo acadêmico, consolidar o *campus*. A integração e a participação do conjunto ganham outra dimensão e a comunidade universitária mobiliza-se em torno do seu projeto.

Até 1995, a Universidade apresentava-se incipiente no que tange à implantação de projetos de pesquisa, sendo necessário capacitar os seus quadros docente e técnico-administrativo para que a instituição pudesse inserir-se mais e incisivamente no contexto social do seu entorno. Grandes metas então foram levadas a efeito: a) implantação do Programa de Capacitação Docente; b) criação de novos cursos, objetivando ampliar os domínios do conhecimento e permitir mais acesso de jovens ao ensino superior; c) incentivo à criação de projetos de pesquisa e fortalecimento dos Programas de Extensão Universitária já existentes. Por estar situada no Portal do Sertão, em uma parte significativa do semi-árido baiano, desenvolver atividades objetivando a melhoria da qualidade de vida dos habitantes dessa região passou a nortear as suas ações. De sorte que aquelas iniciativas e esta decisão possibilitaram que, em 2006, a UEFS apresentasse um perfil bem diverso daquela data.

No campus sede, os cursos se encontram assim distribuídos:

- Ciências Humanas:
  - Administração
  - Ciências Contábeis
  - Ciências Econômicas
  - Direito
  - Licenciatura em Geografia

- Licenciatura em História
- Licenciatura em Pedagogia
- Tecnologia e Ciências Exatas
  - Engenharia de Alimentos
  - Engenharia Civil
  - Engenharia da Computação
  - Licenciatura e Bacharelado em Física
  - Licenciatura em Matemática
- Ciências Naturais e Saúde
  - Ciências Farmacêuticas
  - Enfermagem e Obstetrícia
  - Licenciatura e Bacharelado em Ciências Biológicas
  - Licenciatura em Educação Física
  - Medicina
  - Odontologia
- Letras e Artes
  - Licenciatura em Ensino Fundamental
  - Licenciatura em Letras com Espanhol
  - Licenciatura em Letras com Francês
  - Licenciatura em Letras com Inglês
  - Licenciatura em Letras Vernáculas

Destaque deve ser dado aos cursos de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, de oferta especial, mantidos em parceria com municípios da região, visando a formação de professores em serviço do ensino fundamental, totalizando catorze municípios. Somado a esse esforço, a UEFS oferece regularmente 80 vagas anuais no Departamento de Educação, também do curso de Licenciatura em Pedagogia com Habilitação nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, nos turnos vespertino e noturno, que é oferecido somente para os professores de Ensino Fundamental em serviço, da rede pública e privada.

Ao todo, o Programa de Formação de Professores para o Ensino Fundamental que a UEFS oferece, visando à melhoria da qualidade da Educação Fundamental, através da formação inicial dos professores em atividade docente, possui 1.482 (um

mil quatrocentos e oitenta e dois) professores-cursistas regulares. Além desse, a UEFS possui um segundo Programa de Formação de Professores, em convênio com a Secretaria da Educação e Cultura do Estado da Bahia – SEC. Voltado para a formação inicial de professores que atuam no Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) e Médio da rede pública estadual, oferece os cursos de licenciatura em Matemática, Letras Vernáculas, Letras com Inglês, História, Geografia, Ciências Biológicas e Física, todos presenciais, sendo o último na forma modular, uma semana por mês. (UEFS, 2009)

O desenvolvimento e a modernização de uma região estão associados à existência de recursos humanos capacitados em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades locais. Com o extraordinário avanço do conhecimento é impossível fornecer treinamento completo apenas na graduação. Assim os cursos de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) complementam o saber adquirido incentivando o trabalho de pesquisa, de investigação científica e aperfeiçoamento profissional. A especialização é voltada para a atualização em uma área específica constituindo-se também em um embrião para cursos de Mestrado e Doutorado.

Os cursos de pós-graduação *lato sensu* da UEFS distribuem-se em: Biologia Celular, Biologia Molecular, Zoologia, Entomologia, História da Bahia, Filosofia Contemporânea, Contabilidade Gerencial, Liderança Organizacional, Educação Especial, Educação e Pluralidade Sócio-Cultural, Educação Matemática, Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente, Desenvolvimento em Sistemas de Informação, Astronomia, Especialização em Estudos Literários, Especialização em Estudos Lingüísticos, Especialização em Língua Espanhola, Desenho com ênfase em Desenho, Registro e Memória Visual e Metodologia do Desenho, Gerenciamento da Construção Civil e, Educação Ambiental para a Sustentabilidade.

Além destes, outros cursos são chancelados<sup>1</sup> pela UEFS, tais como: Atualização em Recursos Humanos, Atualização em Gestão Pública, Atualização em Contabilidade

---

<sup>1</sup> De acordo com o dicionário, chancela quer dizer “Ato de chancelar; selo, / Fig. Consentimento, permissão, assentimento; ratificação, aval.” Dicionário de Português, 2009.

Pública, Atualização em Gestão da Informática, Atualização em Ação Social, Atualização em Gestão Ambiental, Especialização em Administração Pública, Especialização em Equipamentos Comunitários, Especialização em Administração Tributária, Especialização em Gestão e Metodologia do Ensino, Especialização em Autogestão da Aprendizagem, Especialização em A Formação do Professor Alfabetizador – Avante, Especialização em Psicopedagogia – Convênio, Especialização em Ciências, Especialização em História e, Especialização em Geografia.

Os cursos de mestrado e doutorado, além de aprofundar o conhecimento em uma determinada área, capacitam o profissional para a carreira científica. Atualmente a UEFS conta com nove Programas de Pós-graduação em nível de mestrado e três em nível de mestrado e doutorado, além de um doutorado multiinstitucional.

É importante ressaltar que a expansão dos cursos de Mestrado e Doutorado foi superior a 100% no período entre 2004 e 2009, pois em 2004 a instituição contava com apenas 03 (três) Mestrados e 01 (um) Doutorado. Esse crescimento da Pós-Graduação decorre, dentre outros fatores, do investimento da instituição na contratação de doutores e na capacitação de seus docentes.

Os cursos *stricto sensu* da UEFS são: mestrado em - recursos genéticos vegetais; zoologia; modelagem e ciência da terra e ambiente; engenharia civil e ambiental; saúde coletiva; história; literatura e diversidade cultural; desenho, cultura e interatividade; desenvolvimento sustentável (UEFS/UnB); mestrado e doutorado – botânica; biotecnologia; ensino, filosofia e história das ciências (UFBA/UEFS); doutorado multiinstitucional – ciência da computação (UEFS/UFBA/UNIFACS). Dos cursos citados, 8 tiveram conceito 3 da CAPES, 3 obtiveram conceito 4 e 2 possuem conceito 5, conforme disposto no quadro abaixo:

**Quadro 1: Distribuição dos cursos *stricto sensu* da UEFS por conceito junto a CAPES**

Conceito 3	Conceito 4	Conceito 5
<ul style="list-style-type: none"> <li>Mestrado em Recursos genéticos vegetais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mestrado e Doutorado em Biotecnologia</li> <li>Mestrado e Doutorado em</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Mestrado e Doutorado em Botânica</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestrado em Zoologia</li> <li>• Mestrado em Modelagem e ciência da terra e ambiente</li> <li>• Mestrado em Engenharia Civil e Ambiental</li> <li>• Mestrado em Saúde Coletiva</li> <li>• Mestrado em História</li> <li>• Mestrado em Literatura e diversidade cultural</li> <li>• Mestrado em Desenho, cultura e interatividade</li> </ul>	<p>Ensino, Filosofia e História das Ciências</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Doutorado multiinstitucional em Ciência da computação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mestrado em Desenvolvimento Sustentável</li> </ul>
---	--	---

Fonte: Elaborado pela mestranda.

Dentre os cursos *lato e stricto sensu* da UEFS, 8 se encontram no Departamento de Ciências Biológicas (BIO), 6 no Departamento de Letras (LET), 5 no Departamento de Ciências Exatas (EXA), 3 no Departamento de Ciências Humanas (CHF), 2 no Departamento de Ciências Sociais Aplicadas (CIS), 2 no Departamento de Educação (EDU), 2 no Departamento de Tecnologia (TEC), 1 no Departamento de Física (FIS), 1 na Equipe de Estudo e Educação Ambiental (EEA) e 1 no Departamento de Saúde (SAU).

Quanto à pesquisa, além dos projetos institucionais nas diversas áreas do conhecimento, e dos grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq, a UEFS coordena duas redes de pesquisa junto ao Instituto do Milênio do Semi-Árido (Imsear), tendo, sob esta coordenação 23 universidades e órgãos de pesquisa, destes, 20 no Nordeste, mais a UFRJ, a Senagen/UnB e o *Kew Garden* na Inglaterra.

A outra rede é o Projeto Biodiversidade do Semi-Árido (PPBIO), coordenando 15 universidades, todas no nordeste. Para assegurar a participação dos estudantes em programas de iniciação científica, oferece bolsas para estudantes de graduação. Para os docentes que se encontram em capacitação em nível de mestrado e

doutorado, no Brasil e no exterior, tem assegurado bolsa de estudos, provenientes de orçamento próprio.

A extensão, de braços dados com a cultura e articulando saberes com a comunidade, está presente em vários municípios do estado, e em três estados próximos - Sergipe, Pernambuco e Alagoas - desenvolvendo projetos institucionais e interinstitucionais, visando influenciar nas áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, Qualificação Profissional, Atividades Interdisciplinares e Fomento à Emergência de Novos Talentos e Preservação da Cultura e das Tradições Nordestinas. Merecem destaque os programas de alfabetização de jovens e adultos e aqueles que propiciam maior inserção do jovem ao ensino superior, como é o caso do *Universidade para Todos* em parceria com a SEC que em 2009 alcançou mais de 2.300 jovens; e o Projeto Portal, que capacita em língua estrangeira para os exames de seleção ao ensino superior. Além dessas iniciativas, a UEFS criou uma comissão para desenvolver estudos para a implantação do regime de cotas para estudantes de escolas públicas, afro-descendentes e índios e o aumento contínuo das taxas de isenção no Processo Seletivo - PROSEL, ampliação do número de bolsas e de vagas nos cursos de graduação.

No que tange à relação de saberes entre a Academia e a Comunidade, destaca-se a *Feira do Semi-Árido*, evento que vem despontando como um eficaz espaço de trocas de idéias e de produtos, e a *Caminhada do Folclore*, que passou a fazer parte do calendário de eventos da região, tendo sido incluída no Guia de Bens Culturais do Brasil por iniciativa do Projeto Tesouros do Brasil, uma promoção da Fiat, IPHAN e UNESCO.

Também atenta às rápidas transformações do mundo do trabalho, notadamente às exigências de qualidade profissional, a UEFS tem intensificado a renovação dos seus conteúdos, métodos, práticas e meios de transmissão do saber, entendendo que devem ser reforçados, cada vez mais, os vínculos entre o ensino superior, o mundo do trabalho e os setores da sociedade. Para isso, tem intensificado os trabalhos com o fortalecimento dos cursos de graduação existentes e ampliação de outros, tendo, para isso, dois *Campi* Avançados em dois municípios do estado: Santo Amaro da Purificação e Lençóis.

Atenção especial tem sido dispensada ao corpo discente no que diz respeito ao apoio às atividades acadêmicas e políticas, notadamente a garantia de realização das Semanas Acadêmicas, a participação em eventos científicos e outros. Atualmente, a UEFS disponibiliza 476 bolsas, destas, 251 destinadas à Iniciação Científica. A celebração de convênios com agentes de integração assegura que 989 estudantes se mantenham em estágios *extra-campus*.

Neste contexto, acredita-se que enquanto universidade pública, seu produto destina-se a todo o povo brasileiro. Entretanto, acredita-se também que parte dos produtos da universidade pública se revela mais intensa nas economias onde a instituição está localizada.

### 3- CONTRIBUIÇÃO DA UEFS NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO : a UEFS em dados

#### 3.1 O INCENTIVO À PESQUISA E A COOPERAÇÃO NA UEFS

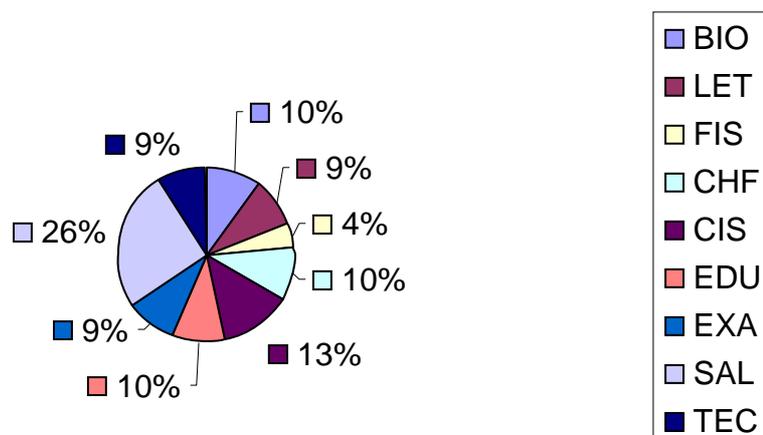
O corpo docente da UEFS é representado por 928 professores. Destes, 321 (34,6%) possuem a titulação de doutor, 414 (44,6%) são mestres, 177 (19,1%) são especialistas e 16 (1,7%) possuem apenas a graduação. O corpo docente da UEFS se encontra assim distribuído entre seus departamentos, de acordo com a tabela abaixo:

**Tabela 1: Distribuição docente por departamento da UEFS**

Departamento	Doutores	Mestres	Especialistas	Graduados	Total	%
BIO	57	24	14	1	96	10
LET	34	35	12	2	83	9
FIS	29	11	1	-	41	4
CHF	29	52	8	1	90	10
CIS	21	63	33	4	121	13
EDU	20	52	20	1	93	10
EXA	31	44	8	2	85	9
SAL	58	104	73	2	237	26
TEC	42	29	8	3	82	9
<b>TOTAL</b>	<b>321</b>	<b>414</b>	<b>177</b>	<b>16</b>	<b>928</b>	<b>100</b>

Fonte: UEFS, 2009.

Graficamente, encontram-se assim distribuídos:



Fonte: Elaboração da mestrandia

### Gráfico 1: Distribuição docente por departamento da UEFS

Quanto aos projetos de pesquisa, estes se encontram assim distribuídos na UEFS.

**Tabela 2: Projetos de Pesquisa da UEFS em 2008**

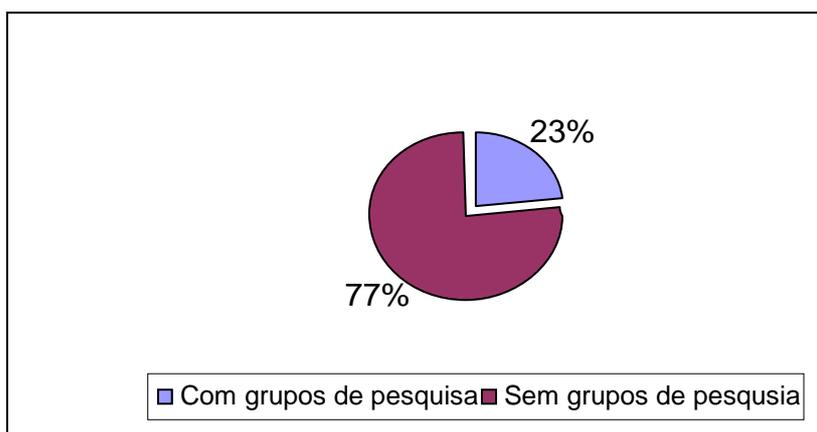
ÁREAS	PROJETOS	GRUPOS DE PESQUISA
Ciências Agrárias	-	02
Ciências Biológicas	76	21
Ciências Exatas e da Terra	41	32
Ciências Humanas e Filosóficas	15	19
Ciências Sociais Aplicada	13	05
Educação	15	-
Física	31	-
Linguística, Letras e Artes	30	13
Saúde	67	19
Tecnologia	41	10
Institucional	01	-
<b>TOTAL</b>	<b>330</b>	<b>121</b>

Fonte: PPPG, dezembro 2008.

Por ordem decrescente, os números de professores por departamento, cadastrados com grupos de pesquisa junto ao CNPq são: 49 (51%) no departamento de Biologia, 37 (16%) no departamento de Saúde, 25 (30%) no departamento de Tecnologia, 24 (28%) no departamento de Exatas, 22 (27%) no departamento de Letras e Artes, 21

(51%) no departamento de Física, 15 (17%) no departamento de Ciências Humanas e Filosofia, 15 (16%) no departamento de Educação e 12 (10%) no departamento de Ciências Sociais Aplicadas.

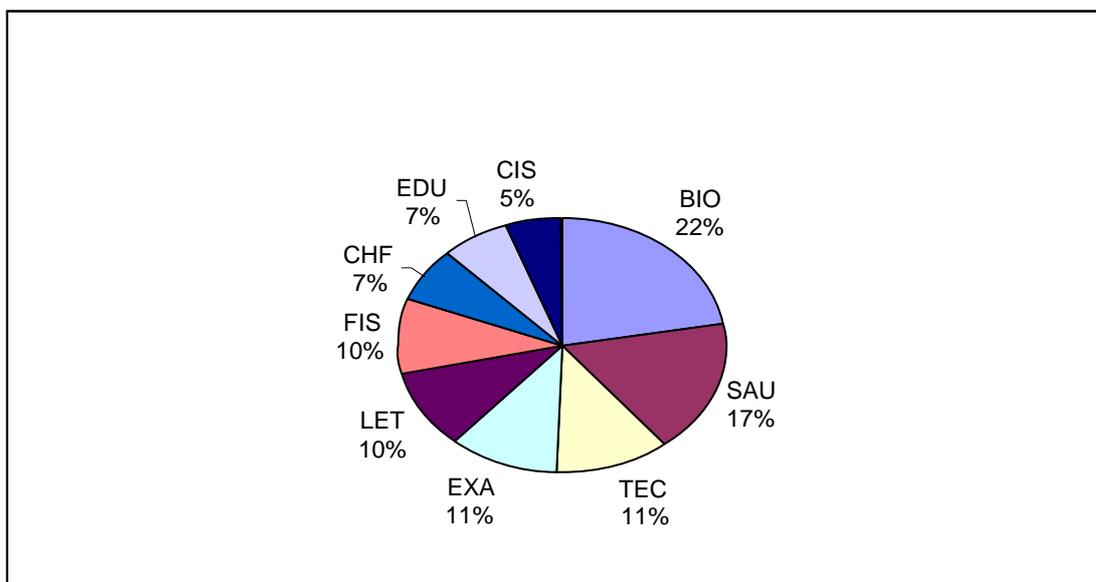
Do total de 938 professores da UEFS, 220 possuem grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq Lattes.



Fonte: Elaborado pela mestranda

**Gráfico 2: Distribuição percentual dos professores com e sem grupo de pesquisa cadastrado junto ao CNPq em 2009.**

Entre os departamentos, o total de 23% encontra-se assim distribuídos:



Fonte: Elaborado pela mestranda

**Gráfico 3: Percentual de professores por departamento, cadastrados com grupos de pesquisa junto ao CNPq em 2009.**

Alguns departamentos destacam-se quanto ao número de projetos e de professores, o que tem reflexo direto no número total das produções, seja individualmente considerado ou em grupo, por departamento.

Assim, o departamento de Saúde possui o maior número de professores cadastrados com seus grupos de pesquisa, além de ser o que abarca ainda o número mais expressivo de produções, seguido pelo departamento de Biologia, em produções.

**Tabela 3: Distribuição dos grupos de pesquisa da UEFS por estrato e por grande área, em 2004.**

Grande Área	Total de Grupos (T)	Estratos			Percentuais		
		Consolidados (Co)	Em Consolidação (eC)	Em Formação (eF)	(Co)/(T)	(eC)/(T)	(eF)/(T)
Ciências Agrárias	2	0	1	1	-	50,0	50,0
Ciências Biológicas	16	2	9	5	12,5	56,3	31,3
Ciências Exatas e da Terra	16	2	9	5	12,5	56,3	31,3
Engenharias e Ciências da Computação	10	1	0	9	10,0	-	90,0
Humanidades	24	0	4	20	-	16,7	83,3
Ciências da Saúde	13	1	4	8	7,7	30,8	61,5

Fonte: CNPq, 2010

[http://dgp.cnpq.br/censos/estratificacao/2004/index\\_estratificacao\\_2004.htm](http://dgp.cnpq.br/censos/estratificacao/2004/index_estratificacao_2004.htm)

O Programa Institucional de Bolsas congrega todas as bolsas discentes oferecidas pela UEFS, reunindo bolsas mantidas pela instituição e bolsas financiadas por convênios e parcerias. Objetiva-se, com tal programa, oportunizar a participação do aluno em projetos e atividades complementares ao processo regular de ensino, pesquisa e extensão.

A proposta institucional das bolsas é estimular e facilitar o engajamento do maior número possível de estudantes em experiências de iniciação à docência, à pesquisa e à extensão, as quais, se acredita, constituírem instrumentos privilegiados de descoberta de vocações emergentes e de criação de uma postura científico-social, na análise e investigação da realidade circundante. Em alguns casos – Bolsas

Trabalho/Auxílio Especial – beneficiam alunos carentes, constituindo, também, fonte complementar de renda, garantindo a continuidade dos estudos a muitos discentes.

As bolsas se subdividem em institucionais e interinstitucionais e estão assim distribuídas.

**Tabela 4: Distribuição das Bolsas na UEFS**

<b>Bolsas Institucionais</b>	
<b>MODALIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Monitoria	76
Bolsa Extensão	80
Arte e Cultura	30
Auxílio Especial	65
PROBIC/UEFS	140
Estágio Acadêmico	85
Intercâmbio	02
<b>Sub-Total</b>	<b>478</b>
<b>Bolsas Interinstitucionais</b>	
PIBIC/CNPq	49
FAPESB	100
<b>Sub-Total</b>	<b>149</b>
<b>Total</b>	<b>627</b>

Fonte: PROEX, PPPG e PROGRAD, dezembro 2008, UEFS, 2009.

No caso da Bolsa Monitoria, seu principal objetivo é proporcionar ao estudante de graduação uma oportunidade de integrar-se a um plano de trabalho docente do seu curso, estimulando o interesse/vocação por uma área de estudo, possibilitando o aprofundamento dos conhecimentos e o desenvolvimento de atividades e habilidades reforçadoras da sua formação acadêmico-social-profissional.

Já a iniciação científica é, sem dúvida, uma das ferramentas mais revitalizadoras da graduação, pois qualifica a aprendizagem, favorece o processo de interação ensino-

pesquisa na formação do aluno, estimula o interesse pela pesquisa e a formação de novos pesquisadores, dinamizando, assim, a pós-graduação que, por sua vez, serve de âncora para a pesquisa e de veículo para a expansão qualitativa da graduação, num círculo altamente positivo e enriquecedor.

Na UEFS, a iniciação científica é desenvolvida através de programas institucionais - o PROBIC/UEFS, mantido com recursos do custeio da Universidade e responsável pela ampliação substantiva das bolsas de iniciação científica nos últimos anos – e de programas interinstitucionais – o PIBIC/CNPq, que atua através da concessão de bolsas de iniciação científica, em projetos inseridos nas linhas de pesquisa cadastradas pelo órgão.

Buscando apoiar a atividade acadêmica de novas formas, a UEFS cria as Bolsas em Projetos de Extensão, as quais passam a constituir um forte componente na formação do aluno, seja pedagogicamente, seja valorizando o conceito de cidadania, com ênfase na responsabilidade social de todos. O estudante participa do programa, mediante a concessão de bolsas institucionais, custeadas pela própria UEFS ou de bolsas oriundas de convênios e parcerias com órgãos governamentais e com diversas outras instituições, nacionais e estrangeiras.

O engajamento em projetos de extensão, em geral, tem três objetivos: qualificar a formação do discente, através da sua inserção na realidade social objetiva, favorecendo a articulação teoria-prática, realimentadora do processo de ensino; estimular a investigação e a produção científicas, pela identificação e vivência de problemas sociais concretos, na área de interesse do aluno e; preparar o estudante-cidadão para atuar de forma ética, consciente e transformadora na realidade que ele passa a conhecer melhor.

O Programa Bolsas Trabalho Arte e Cultura tem início em 1996, sendo formalizado e implementado, a partir de 1997, com o objetivo de atender às necessidades do Projeto de Interação Ciência e Arte no Desenvolvimento das Potencialidades Regionais, que tem como espaço especial de atuação o Centro Universitário de Cultura e Arte – CUCA. O programa é estendido, posteriormente, a outros projetos desenvolvidos pelo CUCA, e procura estimular o envolvimento do estudante de

graduação em atividades extensionistas, que propiciem aprofundamento em determinada área das Artes, desenvolvendo habilidades e atitudes favoráveis à sua formação cultural e profissional. Incentiva, também, a produção artística independente.

Por fim, as bolsas de estágio acadêmico e auxílio especial têm como objetivo oferecer ao estudante de graduação da UEFS uma oportunidade de participar de experiências no campo da administração universitária. A bolsa estágio acadêmico contempla os discentes carentes de um modo geral, enquanto a bolsa auxílio especial destina-se, especificamente, aos alunos residentes da própria universidade, ajudando-os nos seus estudos/manutenção. Os bolsistas dessa área são integrados ao contexto administrativo da instituição, mediante contrato, prestando serviços nos diversos setores da UEFS. Participam de experiências interessantes no campo da gestão universitária, qualificando-se acadêmica e profissionalmente.

Para suas relações interinstitucionais, a UEFS criou em 16 de maio de 2007, a partir do Programa de Gestão (2007 / 2011), que destaca como um dos seus objetivos consolidar a instituição como um espaço de produção e socialização do conhecimento, a Assessoria Especial de Relações Institucionais – AERI - com a atribuição de promover e fortalecer ações intra e interinstitucionais, potencializando as atividades técnico-científicas já instaladas, bem como atuando no sentido da promoção de novas ações que visem projetar a UEFS no cenário científico nacional e internacional.

A AERI assumiu também a função de promover a captação de recursos próprios, que, agregados aos recursos para investimentos do orçamento da instituição, objetivam fomentar e viabilizar inúmeras demandas, até então reprimidas, tais como, ampliação da infra-estrutura e da rede de tecnologia digital, construção de novas instalações, aquisição de equipamentos, tanto no *campus* central quanto nos *campi* avançados (Lençóis e Santo Amaro).

Para desempenhar este papel a AERI vem estabelecendo um canal permanente de comunicação com instituições governamentais, ONG's, empresas do setor público e privado, instituições de ensino nacionais e internacionais. Internamente, está em

constante contato com a comunidade universitária através dos departamentos, pró-reitorias, núcleos e setores administrativos e executivos. A sustentabilidade desse perfil está na valorização da diversidade cultural e no fortalecimento da base científica, tecnológica e de inovação.

Os convênios e parcerias atuais da UEFS se encontram assim distribuídos.

**Tabela 5: Distribuição dos convênios e parcerias atuais da UEFS**

ORIGEM	ENTIDADES	QUANTIDADE
PÚBLICO	Municipal	03
	Estadual	14
	Federal	15
Sub-Total		32
PRIVADO	Local	03
	Estadual	02
	Nacional	02
Sub-Total		07
INTERNACIONAL	América	08
	Europa	11
Sub-Total		19
TOTAL		58

Fontes: Assessoria Especial de Relações Institucionais e Assessoria Técnica de Contratos e Convênios, dezembro 2008.

Os Contratos de Cooperação Internacional vigentes atualmente na UEFS estão no quadro abaixo.

**Quadro 2: Contratos de Cooperação Internacional Vigente na UEFS em 2009.**

INSTITUIÇÕES	PAÍS	OBJETO/OBJETIVO	PÚBLICO-ALVO	VIGÊNCIA
UNNE - Universidade Nacional do Nordeste da Argentina	Argentina	Fomentar o intercâmbio de informação sobre planos de estudo, programas acadêmicos de graduação e pós-graduação, seminários, cursos de capacitação, redes de biblioteca, textos, teses e outros. Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o	Professores, pesquisadores e estudantes de todas as áreas do conhecimento.	03/2008 a 03/2013

		intercâmbio discente e docente.		
UNIVERSIDADE CAMAGÜEY	Cuba	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores e estudantes de todas as áreas do conhecimento.	19/04/2005 a 19/04/2010
INSTITUTO "ALEJANDRO DE HUMBOLDT"	Cuba	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores e estudantes do Departamento de Ciências Biológicas.	04/02/2008 a 04/02/2010
UNAICC - União Nacional de Arquitetos e Engenheiros da Construção de Cuba	Cuba	Estabelecer cooperação técnico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Estudantes, Professores e Pesquisadores.	01/10/2008 a 01/10/2013
UNIVERSIDADE DE CANTABRIA	Espanha	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	18/11/02 - Tempo de vigência indeterminado
UNIVERSIDADE DE CAROLINA DO NORTE – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA	EUA	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores e estudantes da área de saúde.	05/04/2007 a 05/04/2012
UNIVERSIDADE DO MISSISSIPPI	EUA	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores e estudantes da área de saúde e ciências biológicas	12/02/2007 a 12/02/2012
UNIVERSIDADE DE ARTOIS	França	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	31/08/2005 a 31/08/2010

UNIVERSIDADE PIERRE MENDÈS – GRENOBLE II	França	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores e pesquisadores da área de Ciências Humanas e Sociais, especialmente dos cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas.	19/10/07 a 19/10/2012
UNIVERSIDADE VERACRUZANA	México	Desenvolver projetos conjuntos de pesquisa, ensino e difusão do conhecimento em temas relacionados com o setor agropecuário, florestal, pesqueiro e biológico.	Estudantes, Professores e Pesquisadores.	01/09/2008 a 01/09/2011
UNIVERSIDADE NACIONAL AUTÔNOMA DO MÉXICO	México	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Estudantes, Professores e Pesquisadores.	20/06/2008 a 20/06/2013
EUROPEAN UNIVERSITY	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	30/10/2002 - Tempo de vigência indeterminado.
UNIVERSIDADE ABERTA DE LISBOA	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	05/11/2007 a 05/11/2011
UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA – CEU/UAL	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	12/05/2003 – Tempo de vigência indeterminado.
UNIVERSIDADE DE COIMBRA	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Estudantes de graduação do Curso de Educação Física.	15/02/2001 a 15/02/2011

UNIVERSIDADE DE ÉVORA	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores e estudantes de todas as áreas do conhecimento	30/06/2004 a 30/05/2009
UNIVERSIDADE DO MINHO	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, na área de Gestão e Direito Ambiental.	Estudantes, Professores e Pesquisadores.	26/03/2008 a 26/03/2010
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	Portugal	Estabelecer cooperação acadêmico-científica, nas áreas da pesquisa, do ensino e da extensão, promovendo o intercâmbio discente e docente.	Professores, pesquisadores, estudantes e funcionários de todas as áreas do conhecimento.	30/06/2004 a 30/06/2009
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	Portugal	Estimular a investigação conjunta de interesse comum e colaborar mutuamente para o desenvolvimento da docência nas áreas em que ambas estejam interessadas.	Estudantes, Professores e Pesquisadores.	29/12/2008 a 29/12/2013

Fonte: Base de dados AERI/2009

Os Convênios Nacionais firmados na UEFS atualmente são:

### Quadro 3: Convênios Nacionais vigentes na UEFS em 2009.

Instituição	Objeto/Objetivo
COELBA – Companhia de Energia Elétrica da Bahia	Manutenção do escritório de engenharia pública que, com experiência técnica de alunos e professores da UEFS, prestará serviços e assistência à população carente sobre o uso racional de energia elétrica na habitação.
CRA – Centro de Recursos Ambientais	A Cooperação técnico-científica entre o CRA e a UEFS visando o desenvolvimento de ações de Pesquisa e Extensão relacionadas ao reconhecimento, à preservação, ao uso sustentável e à gestão ambiental do bioma CAATINGA no estado da Bahia, bem como o intercâmbio de informações técnico-científicas entre as Instituições.
SECTI/Ba – Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação	Estabelecer os termos e as condições da mútua cooperação entre a SECTI / UEFS, com vistas a despertar e desenvolver o espírito científico e tecnológico da população – popularizar a ciência e tecnologia através da alfabetização científica, através da consolidação do Museu Antares de C & T como um centro de divulgação científica, tecnologia e cultural, conforme plano de trabalho traçado.
SRH/Ba – Superintendência de Recursos Hídricos	Mútua cooperação visando o apoio às atividades relacionadas a implementação de desenvolvimento

	sustentável e capacitação de recursos humanos.
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional da Bahia	Estabelecer um programa de cooperação acadêmica e técnico-científica entre os convenientes, com vistas ao desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para o treinamento de recursos humanos, desenvolvimento e difusão de tecnologias, editoração e publicação, planejamento e desenvolvimento institucional abrangendo as áreas de ensino, pesquisa e extensão.
ONG Gota de Cidadania	Conjugação de esforços para o desenvolvimento de ações de mútuo interesse, na área de ensino, pesquisa e extensão, inicialmente, na implantação do Projeto Agora Virtual – inclusão de crianças e adolescentes.
Fundação Cultural Municipal Egberto Tavares Costa	Desenvolvimento de atividades de catalogação, organização e digitalização do acervo de documentos históricos cadastrados nas Bibliotecas vinculadas à Prefeitura Municipal de Feira de Santana
Prefeitura Municipal de Mucugê- Ba	Aprofundar e desenvolver em conjunto atividades acadêmicas, científicas e técnicas, promover ações de intercâmbio de docentes, técnicos e estudantes que contribuam para o avanço científico e para o fortalecimento de seus recursos humanos especializados.
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU - Bahia	Realizar estágio não remunerado, por estudantes do curso de graduação como estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem.
Ministério Público Federal – Bahia	Realizar estágio remunerado, por estudantes do curso de graduação como estratégia de profissionalização que integra o processo de ensino-aprendizagem.
Clínica Médica Maria Quitéria	Desenvolver atividades de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento de projetos de pesquisa/extensão na área de Fisiologia cardiovascular e Engenharia Biomédica.
Goshme Soluções para Internet Ltda	Desenvolver pesquisa na área de Recuperação de Informação com foco na Web profunda.
Ordem dos Advogados do Brasil – OAB	Conjugar esforços para o desenvolvimento de ações de mútuo interesse nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.
SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas	Cooperação mútua.
Banco Real	Viabilizar a construção de um Espaço de Convivência na UEFS, com o objetivo de criar um local harmonioso lazer, visando maior integração da comunidade acadêmica.
Instituto Uiraçu	Promoção de estudos e pesquisas, formação de recursos humanos, desenvolvimento de tecnologias e etc.
UnB – Universidade Nacional de Brasília	Cooperação mútua.
Cooperativa de Teatro para a Infância e Juventude da Bahia.	Conjugar esforços para o desenvolvimento de ações de mútuo interesse nas áreas de pesquisa, extensão, cultura, arte e educação.
MOC – Movimento de Organização Comunitária	Desenvolver uma proposta pedagógica de educação do campo, denominada CAT - Conhecer, Analisar e

	Transformar a realidade do campo, levando-se em conta a sua especificidade e partindo dela para a formação do/a aluno/a - cidadão/ã.
TRT - 5ª Região	Proporcionar aos alunos regularmente matriculados nos cursos de graduação da UEFS oportunidades de estágio no TRT.
Prefeitura Municipal de Jacobina	Cooperação mútua.
MOVPAZ	Cooperação visando promover uma cultura de paz no campus da UEFS.
ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	Cooperação técnica entre o ICMBio, a UEFS e o FUNBIO.
IRDEB	Permuta de serviços entre as partes contratantes de natureza técnica, educativa e cultural.
GME-4	Realizar análises espectroradiométricas, no Laboratório de Espectroradiometria do Programa de Pós-Graduação de Modelagem em Ciências da Terra e do Ambiente.
FEP - Fundação Escola Politécnica da Bahia	Cooperação mútua.
FAPESB	Garante a possibilidade da execução de projetos, conforme editais específicos.
IMA - Instituto do Meio-Ambiente	Viabilizar aos alunos matriculados regularmente nos cursos de graduação oportunidades de estágio.
CCA Comunicação e Propaganda Ltda	Prestação de serviços de Publicidade.
CIEE	Cooperação recíproca visando o desenvolvimento de atividades para promoção da integração ao mercado de trabalho, através da operacionalização de programas de estágios de estudantes.
ASCETEB – Associação Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia	Cooperação Técnico-Científica e Cultural.
Instituto de Cooperação BelgoBrasileira para o Desenvolvimento Social	Realizar Cursos de Formação para Dirigentes e Lideranças de Organizações Sociais e do Poder Público.
Fundo Municipal de Saúde de Feira de Santana	Desenvolvimento de atividades de sensibilização, coleta, fornecimento e armazenamento de dentes coletados nos postos de saúde do município de Feira de Santana, visando a estruturação do Banco de Dentes do Curso de Odontologia da UEFS.
Academia de Educação de Feira de Santana	Cooperação Mútua.
Associação Brasileira de Odontologia	Cooperação Técnica.

Fonte: Base de dados AERI/2009

### 3.2 O PESO DA UEFS EM PESQUISA REALIZADA POR DOCENTES

De acordo com o MEC (2009), em 2007, o número total de docentes no ensino superior no Brasil correspondia a 334.688, sendo 76.560 doutores. Destes últimos, 11.675 (15%) encontravam-se no Nordeste. Do total de doutores, 49.670 (65%) estão na rede pública e 26.890 (35%) na rede privada em todo Brasil.

Apesar do maior número de estudantes matriculados em cursos de graduação presencial se concentrar nas instituições privadas (75%) (3.639.413 em 2006, segundo o MEC) contra o menor número de matrículas na rede pública (25%) (1.240.968 em 2006 segundo o MEC), são as instituições públicas que concentram o maior número de doutores em seu corpo docente. Como são elas, também, que possuem os maiores números de grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq. (CNPq, 2009) A Bahia contou, no período, com um total de 18.235 docentes, sendo 2.990 (13%) doutores. (MEC, 2009).

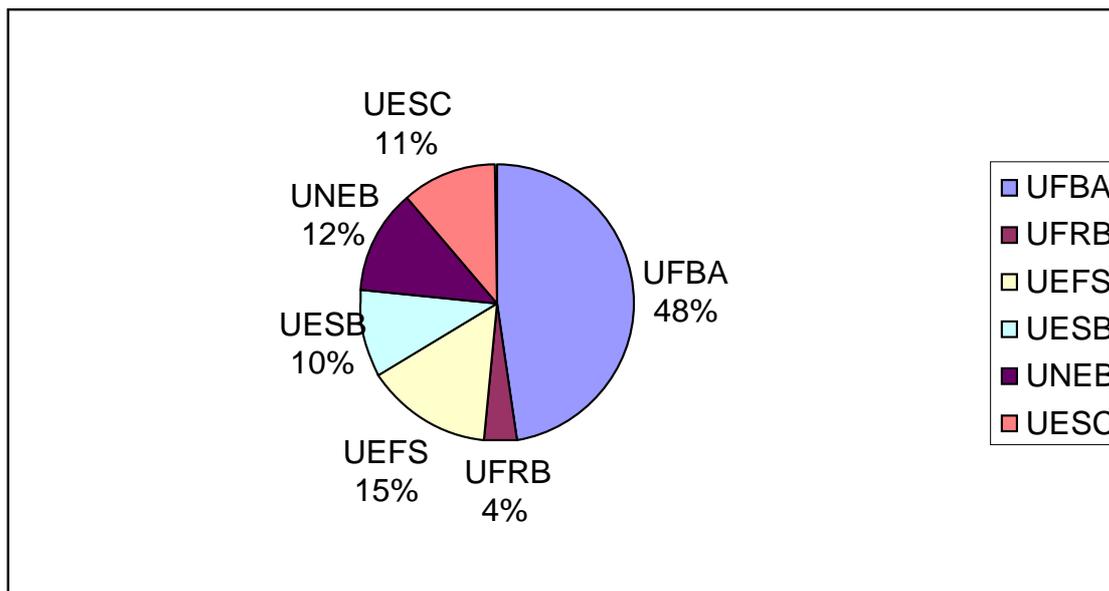
De acordo com o último censo dos grupos de pesquisa do CNPq, o Estado da Bahia contava, neste ano, com um total de 1090 grupos cadastrados, sendo que 849 destes encontravam-se assim distribuídos entre as universidades federais e estaduais, conforme tabela abaixo. Ou seja, apenas 241 grupos se encontravam fora dos limites dos campi universitários.

**Tabela 6: Total dos grupos de pesquisa na Bahia - 2008.**

<b>Instituição</b>	<b>Total de grupos</b>
UFBA	406
UFRB	32
UEFS	125
UESB	87
UNEB	102
UESC	97
Bahia	849

Fonte: CNPq, 2010.

Graficamente, a distribuição dos grupos na Bahia em 2008, segundo dados do censo do CNPq, se encontra assim:



**Gráfico 4: Total de grupos de pesquisa na Bahia em 2008, por instituição.**

A UFBA, mais antiga universidade federal da Bahia, ainda abarca, sozinha, 48% do total dos grupos de pesquisa baianos cadastrados junto ao CNPq, cabendo as demais instituições, entre estaduais e federais, o montante de 52%, além dos grupos existentes fora de universidades.

Na UEFS, os 15% dos grupos baianos representados pela instituição estão assim delimitados no CNPq, conforme dados do último censo de 2008.

**Tabela 7: Número de grupos, pesquisadores, estudantes, técnicos, linhas de pesquisa e relações segundo instituição, Censo 2008.**

Instituição	Grupos G	Linhas de Pesquisa L	Pesquisadores P	Estudantes E	Técnicos T	L/G	P/G	E/G	P/L
UEFS	125	488	907	833	106	3,9	7,3	6,7	1,9

Fonte: CNPq, 2010. <http://dgp.cnpq.br/planotabular>

Os 125 grupos que compõem a UEFS abarcam 488 linhas de pesquisa diferentes, envolvendo um total de 907 pesquisadores, 833 estudantes e 106 técnicos. O percentual de linhas de pesquisa por grupo chega a quase 4. Já o de pesquisadores por grupo alcança 7, ou seja, há uma média de 7 pesquisadores por cada grupo de pesquisa, e uma média de quase 7 alunos também por grupo. Para cada linha de

pesquisa, existe uma média de 2 pesquisadores por linha, conforme dados levantados junto ao CNPq (2010).

Esses grupos distribuem suas produções C, T & A da seguinte forma, conforme consta no último censo do CNPq de 2008, referente aos anos de 2005 a 2008.

**Tabela 8: Todos os tipos segundo instituição para todos os tipos, 2005-2008, Censo 2008.**

Instituição	Total de autores	Produção Bibliográfica	Produção técnica	Orientação concluída	Produção artística/cultural
UEFS	860	12.560	9.068	3.760	89

Fonte: CNPq, 2010. <http://dgp.cnpq.br/planotabular>

Para o total de 860 autores, há uma produção bibliográfica de 12.560 produções, enquanto a produção técnica ficou em pouco mais de 9.000. As orientações concluídas não alcançaram a marca dos 4.000 e a produção artística/cultural foi mínima, com 89 produções.

### 3.3 - O SEGMENTO DE EXTENSÃO DA UEFS

Com o escopo de verificar, neste trabalho, as atividades desenvolvidas pela UEFS enquanto instituição científica pública e como tais atividades chegam à sociedade, abarcando um dos três pilares a que a universidade se propôs – ensino – pesquisa – extensão - buscou-se levantar os projetos e programas, além dos cursos atualmente desenvolvidos/oferecidos pela instituição.

A extensão da UEFS apresenta-se dividida entre programas, projetos, cursos ou eventos. Os programas e projetos encontram-se distribuídos nas seguintes áreas de atuação: Educação, Tecnologia, Meio Ambiente, Cultura, Comunicação, Multidisciplinar, Direitos Humanos e Justiça e, Saúde.

A área que concentra o maior número de projetos é a de Educação, com 16 projetos, seguido pela área de Saúde, com 13, entre projetos e programas. Do total de 41, os demais (12) encontram-se distribuídos entre as outras áreas de atuação.

## EDUCAÇÃO

- Projeto Agora Virtual: inclusão de crianças e adolescentes
- Projeto as ciências físicas e a Chapada Diamantina
- Projeto Biblioteca do Dispensário Santana
- Projeto Bonfim de Feira em foco: exposição dos recursos naturais e materiais de construção para a comunidade
- Projeto Centro de estudos Francófanos
- Projeto Ciência e Tecnologia Pró-Ambiental na educação escolar informal e lúdica, no seio da UEFS
- Projeto Coleção Osteológica de vertebrados em resina
- Projeto Conhecer, analisar, transformar a realidade rural (cat) – capacitação de professores rurais
- Projeto Grupo colaborativo em modelagem matemática (GCMM)
- Projeto Grupo de trabalho para produção de atividades didáticas e formação continuada de professores de física
- Projeto Montagem de Entomotecas e experimentos entomológicos – insetos na escola
- Projeto Olhando o céu com história e arte – Parte I e II
- Projeto O visual e o concreto no ensino de geometria: uma abordagem sobre a observação, estudo e construção de objetos geométricos com a participação de alunos da rede pública de ensino de Feira de Santana
- Projeto Utilização de história em quadrinhos como ferramentas didáticas para professores de primeiro e segundo graus
- Projeto Conte-me uma história: a interação de crianças com textos narrativos
- Projeto O Jogo e a experimentação como instrumentos facilitadores do processo ensino-aprendizagem de Química

## TECNOLOGIA

- Projeto Assistência técnica de engenharia pública à população de baixa renda de Feira de Santana e região

- Projeto Clicar na terceira idade
- Projeto Escritório de engenharia pública – EPTEC

## MEIO AMBIENTE

- Programa Estudo e educação ambiental na UEFS
- Projeto Garimpendo um novo ambiente: do extrativismo à conservação ambiental
- Projeto Complexo sócio-ambiental de Capim Grosso – Bahia

## CULTURA

- Projeto Ação integrada: ensino e ação social na Chapada Diamantina
- Projeto Imagens cinema na UEFS

## COMUNICAÇÃO

- Projeto Jornal Fuxico
- Projeto Proposta de implantação do boletim climático da UEFS: apoio climatológico às atividades agropecuárias em tempo real

## MULTIDISCIPLINAR

- Projeto Universidade Aberta à Terceira Idade (UATI)

## DIREITOS HUMANOS E JUSTIÇA

- Projeto Acompanhamento jurídico a vítimas de acidentes de trabalho atendidas no Hospital Universitário Edgard Santos

## SAÚDE

- Projeto Cidadania do adolescente/implantação do PROSAD
- Programa Doação voluntária de sangue

- Programa Estudos parasitológicos na microrregião de Feira de Santana
- Projeto Extensão em Farmácia Clínica
- Programa Prevenção e controle do câncer de boca no município de Feira de Santana – A informática no processo de promoção de socialização e saúde
- Programa Extensão em Periodontia
- Projeto Fortalecimento a participação em saúde através da formação de multiplicadores de conselhos locais de saúde no município de Feira de Santana
- Projeto Prática multiprofissional na atenção à saúde no município de Feira de Santana
- Programa Vacinação contra Hepatite B
- Programa Técnico-pedagógico em ginástica rítmica – Projeto estrela menina
- Projeto Serviço de Pré-natal de baixo risco: humanizando a assistência à mulher
- Projeto Sistema de vigilância Sanitária
- Projeto Atendimento odontológico integral aos fissurados de Feira de Santana e região.

Alguns desses projetos já estão em fase de execução, outros encontram-se em estágio inicial. Em pesquisa realizada pela própria UEFS, muitos desses projetos encontram obstáculos ao seu desenvolvimento. Como forma de mensurar essas dificuldades, a instituição vem tentando levá-las para, a posteriori, sugerir mudanças. Contudo, muitos desses projetos não informam quais as suas reais dificuldades, o que torna ainda mais difícil a tomada de decisão por parte dos que coordenam tais projetos/programas.

Do total de 41 projetos/programas, apenas 17 relataram algum tipo de dificuldade para desenvolver suas atividades, com o intuito de alcançar os objetivos almejados com tais propostas.

A grande maioria das queixas centra-se na falta de bolsistas (bolsa extensão). Ou não se tem bolsista ou o número é aquém da demanda exigida para as atividades do

projeto. Outra reclamação é de caráter financeiro, faltando inclusive materiais básicos, essenciais, como transporte, mobília, equipamentos.

De acordo com os dados da AERI (2009), já citados acima, quanto ao número de bolsas extensão, das 80 indicadas pelo Assessoria, apenas 24 estão distribuídas entre a relação de projetos/programas fornecida pela PROEX (Pró-Reitoria de Extensão) da UEFS.

A UEFS ainda não possui um levantamento sistemático das suas transferências institucionais. A PROEX, departamento responsável por tal registro, não possui uma mensuração da atuação da UEFS na sociedade, ainda. É um processo lento, de recolhimento de diversas informações que, muitas vezes, não são facilmente fornecidas pela comunidade.

Como a UEFS ainda não possui tais registros, uma possível comparação, ou mensuração dos impactos de tais propostas na comunidade ainda não podem ser contemplados.

Quanto aos cursos, a UEFS está oferecendo, atualmente, segundo dados da PROEX (2009), 7 cursos distribuídos unicamente entre os departamentos de Educação, Biologia e Saúde. Dentre os cursos, há o registro de apenas 1 bolsa extensão. Os cursos em andamento na UEFS são:

- Atualização em sexualidade
- Avaliação da aprendizagem e desenvolvimento Humano: Implicações Epistemológicas e Metodológicas
- Conheça a Flora de Lençóis – curso de capacitação de professores da Rede Pública e condutores de visitantes do município de Lençóis e coleção de referências da flora da Chapada Diamantina, no Campus Avançado da UEFS/Lençóis
- Formação Continuada de professores de Ciências: Contribuições da Etnobiologia, da História e da Filosofia das Ciências para o ensino de Ciências em Ambientes Multiculturais da Bahia

- Formação Continuada de Professores de Matemática da Educação Básica no Ambiente de Modelagem Matemática
- Patologia Bucal
- Periodontia

De acordo com Freire (2006), o conhecimento somente se materializa como tal na medida em que for apreendido e aplicado à realidade concreta. Talvez seja essa a principal função da extensão universitária: permitir que o conhecimento seja gerado e transferido aos setores produtivos da sociedade para que venha a servir às necessidades reais da população. Ou seja, entende-se extensão em muitas sociedades como sendo a transferência de conhecimento da universidade para a sociedade, notadamente as empresas.

De acordo com o MEC (BRASIL/MEC, 1999, p. 5), a atividade de extensão tem sentido se interpretada como “a criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais, onde a questão central será identificar o que deve ser pesquisado e para quais fins e interesses se buscam novos conhecimentos”.

Assim, destaca-se a necessidade da produção do conhecimento e não simplesmente a promoção de uma relação entre saberes acadêmicos e saberes populares. A busca por produção de um conhecimento transpõe a dimensão meramente de troca de saberes. Essa dimensão ocorre nas ações extensionistas, mas não se constitui, meramente, de processos relacionais, como bem afirma Melo Neto (2004).

Ainda conforme o autor, extensão configura-se e concretiza-se como trabalho social útil, imbuído da intencionalidade de pôr em mútua correlação o ensino e a pesquisa. Portanto, é social na medida em que não será uma tarefa individual; é útil, considerando que esse trabalho deverá expressar algum interesse e atender a uma necessidade humana. É, sobretudo, um trabalho que tem na sua origem a intenção de promover o relacionamento entre ensino e pesquisa. Nisto, e fundamentalmente nisto, diferencia-se das dimensões outras da universidade, tratadas separadamente: o ensino e a pesquisa.

A extensão, tal como se apresenta na UEFS, a rigor, não se configuraria como extensão. Apresenta-se, muito mais, como uma educação continuada em muitos casos, e não como transferência de conhecimento. Não há geração de patentes e a transferência de inovações de processos e produtos também não foi mencionada ou observada nas atividades de extensão da UEFS, o que poderia se configurar uma real contribuição científica.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Política científica e tecnológica, como bem discute Mendes e Baiardi (2010), deve ter como um dos suportes a Universidade. Sua atuação ativa nas frentes de ensino e pesquisa representa uma garantia de integração e articulação com os outros segmentos que atuam em C&T e, conseqüentemente, para o bem-estar da sociedade como um todo.

O Estado deveria promover o fortalecimento do sistema universitário como um todo, sem rejeitar, inclusive, aquelas que estão em outra esfera de poder, visando o aprimoramento e estreitamento das relações entre tais instituições e o setor produtivo da sociedade. Lamentavelmente, o Estado da Bahia não soube, ainda, estabelecer um vínculo de apoio e trabalho mútuo de suas instituições com as universidades de um modo geral. (MENDES, BAIARDI, 2010)

É inegável que a presença de uma universidade pública altera (espera-se que para melhor) o ambiente/espaço onde a mesma está inserida. Desenvolvendo suas aptidões essenciais – ensino, pesquisa, extensão – a instituição tem a capacidade de conhecer a realidade e melhor definir sua atuação com vistas a fortalecer o seu papel e sua relação com a sociedade.

Contudo, a instauração da universidade no espaço de Feira de Santana, apesar de coincidir com o mesmo momento histórico da implantação do Centro Industrial do Subaé, não apresentou, por exemplo, nenhum vínculo, nenhuma parceria que pudesse produzir novos conhecimentos, tanto de produtos quanto de processos.

A década de 70 do século passado marca a instalação tanto da UEFS quanto do Centro Industrial do Subaé sem, porém, estabelecer nenhuma ligação entre dois relevantes acontecimentos para a economia e para a sociedade local.

No contexto da Bahia, ente da federação onde a UEFS encontra-se inserida, a instituição abarca o percentual de 15%, apenas, dos grupos de pesquisa, que produziram 12.560 trabalhos científicos e 9.068 trabalhos técnicos entre os anos de 2005 e 2008. Levando-se em consideração que seu corpo docente é formado em

mais de 30% de professores com título de doutores e, levando-se em consideração, ainda, que a área de influência da UEFS é relativamente grande, alcançando diversos municípios, além de estar espacialmente localizada na segunda maior cidade do estado, acredita-se que esses índices poderiam ser maiores.

A falta de dados, da própria UEFS, impossibilita uma real mensuração de suas transferências, notadamente os projetos e programas oferecidos à comunidade e sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão. Poucos são os dados disponíveis acerca de tais propostas. Não há um banco de dados, com uma linha histórica, desde o início de suas atividades de extensão, o que dificulta o desenvolvimento do trabalho.

Em fase de levantamento, segundo a própria PROEX, as dificuldades enfrentadas pelos projetos/programas são ainda pouco realçadas. Tem-se objetivos claros, que muitas vezes não são alcançados por fatores como falta de bolsistas para desempenhar as tarefas, ou falta de materiais básicos, como materiais, equipamentos, transporte etc. Algumas dessas dificuldades começam a aparecer, contudo, aos poucos e deve ser alvo de atuação da UEFS, através de seus órgãos responsáveis.

Contudo, percebe-se que a UEFS possui pouca ou ainda nenhuma tradição em pesquisa inovativa, não conseguindo transpor para a sociedade conhecimentos científicos através de suas propostas de extensão.

Não configurando-se nem como uma universidade voltada para o ensino e pesquisa erudita nem como uma universidade com forte tradição em pesquisa inovativa, a UEFS limita-se a ofertar a sociedade programas e projetos que buscam maior participação da comunidade em atividades desenvolvidas pela instituição, sem contudo, configurar transmissão de saber.

Mesmo tais programas e projetos ainda se encontram limitados por diversos fatores, onde nem mesmo a mensuração desses dados foram coletados e trabalhados pelo órgão responsável dentro dessa instituição.

A UEFS, em sua existência, não gerou patentes de processo e produtos, mesmo com a presença de um centro industrial, e não foi, até o momento, responsável direta pelo desenvolvimento da indústria, da agricultura e dos serviços na região. Não há registros de iniciativas como incubadoras ou pólo tecnológico que possibilitem o estreitamento da relação pesquisa-extensão-sociedade, com uma verdadeira e eficiente transferência de conhecimento.

Percebe-se, enfim, tal como aconteceu e acontece na própria história da ciência e tecnologia no estado da Bahia, uma descontinuidade, onde as mudanças de gestão não permitiram que se criasse nem um banco de dados referente as atividades desenvolvidas pela PROEX desde o seu surgimento.

## REFERÊNCIAS CONSULTADAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 128 p.

BAIARDI, A. *Sociedade e Estado no apoio à ciência e à tecnologia: uma análise histórica*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

\_\_\_\_\_. O desenvolvimento da atividade científica no Brasil. In: SCLIAR, M. *Oswaldo Cruz & Carlos Chagas: o nascimento da ciência no Brasil*. São Paulo, Odysseus, 2002.

BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Plano Integral de Educação e Cultura*. Salvador, 1969. 2 v.

\_\_\_\_\_. Coordenação de Educação Superior. *As universidades estaduais da Bahia*. Salvador, 1996.

BOURDIEU, Pierre. *O campo econômico: a dimensão simbólica da dominação*. Campinas (SP): Papyrus, 2000. 119 p.

\_\_\_\_\_. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1989. 361 p.

\_\_\_\_\_. *O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais*. São Paulo: Perspectiva, 1979, 135p.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p.

BRASIL/MEC. *Plano Nacional de Extensão Universitária*, Ministério da Educação, Brasília, 1999.

BRASÍLIA. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq. *Censos.2006*. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/censos/serieshistoricas.htm>. Acesso em 29/04/09.

BRASÍLIA. Ministério da Educação - MEC. *Sinopse estatística da educação superior 2007*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em 29/04/2009.

BUARQUE, Cristovan. *A aventura da universidade*. São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 239 p. (Universitas)

BURGOS, Marcelo Baumann. *Ciência na periferia: a luz síncontron brasileira*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1999.

CÂMARA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. *História de Feira de Santana*. Disponível em <http://www.camarafeiradesantana.ba.gov.br/historia/historia-cidade/historia-de-feira-de-santana>. Acesso em agosto de 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). *Ensaio de geografia contemporânea: Milton Santos obra revisitada*. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 160-169.

CHAUÍ, Marilena. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: UNESP, 2001. 205 p.

CIS. Centro Industrial do Subaé. *CIS*. Disponível em <http://www.cis.ba.gov.br/cis.html>. Acesso em agosto de 2009.

CNPq. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Censos 2006*. Disponível em <http://lattes.cnpq.br/>. Acesso em abril de 2009.

CRUZ, Rossine Cerqueira da. *O Centro Industrial do Subaé: sua evolução no período 1985/1990 e perspectiva da inserção regional nas tendências de desenvolvimento para a economia baiana*. Feira de Santana. UEFS, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991. 495 p. (Biblioteca de Educação, série 1. Escola, v. 17).

\_\_\_\_\_. O público e o privado na educação superior brasileira: fronteira em movimento. In: TRINDADE, H. (Org.) *Universidade em ruínas: na República dos professores*. Rio Grande do Sul: Vozes, 1999, p. 39-56.

DANTES, Maria Amélia M. As instituições imperiais na historiografia das ciências no Brasil. IN: *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.

DELGADO, Elier Méndez; FEIJÓO, María del Carmen Lloret. *Cómo medir el desarrollo local según la experiencia cubana?* Disponível em: <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat>. Acesso em março de 2005.

DICIONÁRIO DE PORTUGUÊS. Disponível em <http://www.dicionariodeportugues.com> Acesso em agosto de 2009.

DO IMPÉRIO à atualidade: marcas de continuidade na história das universidades. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/universidades>. Acesso em 19/09/07.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. *A UDF: uma utopia vetada?* Disponível em <http://www.anped11.uerj.br/19/FAVERO.htm>. Acesso em setembro de 2009.

FIOCRUZ. Fundação Oswaldo Cruz. *História*. Disponível em: <http://www.fiocruz.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=194>. Acesso em agosto de 2009.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou Comunicação?* São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE-MAIA, Newton. *A ciência por dentro*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2006*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 16 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. *Municípios*. Disponível em [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 16 de abril de 2009.

ICÓ, José Antônio; FIALHO, Nádia Hage. *Universidades estaduais, emprego e desenvolvimento*. Revista Baiana de Tecnologia TECBAHIA, v. 14, n. 3, p. 112-117, 2000.

KAWAMURA, Lili K. *Ciência, tecnologia e educação nos 100 anos de República*. (mimeo)

KUHN, T. S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LANDES, David S. *A riqueza e a pobreza das nações: por que algumas são tão ricas e outras tão pobres*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

LOPES, Roberto Paulo Machado. *Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MELO NETO, José Francisco. *Extensão Universitária é Trabalho*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.

MENDES, Janúzia; BAIARDI, Amílcar. A construção do Sistema Estadual de C&TI na Bahia na segunda metade do século XX. In: *A ciência e a sua institucionalização na Bahia: reflexões sobre a segunda metade do século XX e diretrizes para o século XXI*. BAIARDI, Amílcar; SANTOS, Alex Vieira dos. Salvador-Cachoeira: Mestrado em Ciências Sociais da UFRB e Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos, IRAE, 2010.

MENEZES, Vladson. *Bahia: uma economia em transição*. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, v.10, n.3 p.74-83, dez. 2000.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. *Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 273 f, 2004.

MORHY, Lauro. *Universidade na encruzilhada*. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/universidades>. Acesso em 18 de setembro de 2007.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História regional e local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana; Salvador: Arcádia, 2002.

NUNES, José Augusto Carvalho. *A descentralização das políticas públicas de C&T: o caso da Bahia: 1983-1992*. (Dissertação de mestrado) Universidade Federal do Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1993. 197p.

OLIVEIRA, Bernardo Jefferson de. Ciência e cientistas no imaginário utópico do século XIX. In: *Ciência, história e teoria*. Org(s): Betânia Gonçalves Figueiredo e Mauro Lúcio Leitão Conde. Belo Horizonte: Argumentvm, 2005. 69-91

PESTRE, Dominique. *Por uma nova história social e cultural das ciências: novas definições, novos objetos, novas abordagens*. Cadernos IG/Unicamp, v. 6, nº. 1, 1996.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA. *Cidade*. Disponível em <http://www.cidadeprincesa.com.br/conteudo.asp?> Acesso em 30/04/09.

PROSERPIO, Renata. *A Bahia no final do século*. Bahia Análise & Dados, Salvador: SEI, v. 4 n. 2-3, p.7-14, dez. 1994.

RAFFESTIN, C. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2000.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 2001.

SANTOS, Alex Vieira dos. *A Bahia na periferia da produção científica durante a segunda metade do século XX: percepção de pesquisadores nas ciências naturais*. Dissertação (mestrado). Salvador: UFBA; Feira de Santana: UEFS, 2008.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

\_\_\_\_\_. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: HUCITEC, 1997. (Geografia: Teoria e Realidade, 16 – Série "Linha de Frente")

\_\_\_\_\_. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000. 174 p.

\_\_\_\_\_. *Território e sociedade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. 127 p.

SCHUMPETER, Joshef. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro. Zahar. 1984

SCHWARTZMAN, S. *A pesquisa científica no Brasil: matrizes culturais e institucionais*. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/> Acesso em 19/09/07.

\_\_\_\_\_. *Formação da comunidade científica no Brasil*. Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional/FINEP, 1979.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA – SECTI. Salvador/BA. 2004.

SEI. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. *Municípios*. Disponível em <http://www.sei.ba.gov.br/municipios/index.htm>. Acesso em 20 de fevereiro de 2009.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e história: questão de método. In: SILVA, Marcos A. da (Org.). *República em migalha: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990.

TRINDADE, H. Universidade, Ciência e Estado. In:\_\_\_\_\_. (Org.) *Universidade em ruínas: na República dos professores*. Rio Grande do Sul: Vozes, 1999, p.9-26.

UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. *A universidade em questão: Projeto de Avaliação Institucional*. Feira de Santana (BA): Imprensa Universitária, 1994. 169 p.

\_\_\_\_\_. *Portal*. Disponível em: <http://www.uefs.br/portal/assessorias/asplan/uefs-em-dados>. Acesso em 14 de abril de 2009.

\_\_\_\_\_. Pró-Reitoria de Extensão – PROEX. *Relação de projetos e bolsistas UEFS*. 2009.

\_\_\_\_\_. *Sua história*. Disponível em: <http://www.uefs.br/portal/a-universidade/sua-historia>. Acesso em 11 de setembro de 2007.

UEFS 23/24 anos: construindo o futuro. Feira de Santana. Universidade Estadual de Feira de Santana: Museu Casa do Sertão, 2000. 104p.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. *Economia: micro e macro*. São Paulo: Atlas, 2001.

**APÊNDICES**

Apêndice A: Lista dos professores da UEFS, por departamento, com grupos de pesquisa cadastrados junto ao CNPq.

### **Departamento de Biologia**

Abel Augusto Conceição
Alessandro Rapini
Ana Maria Giuliatti
Aristóteles Góes Neto
Alex Gutterres Taranto
Alexandre Clistenes de Alcântara Santos
Caio Graco Machado Santos
Cândida Maria Lima Aguiar
Carlos Augusto Lucas Brandão
Carlos Wallace do Nascimento Moura
Cassio van den Berg
Claudia Elena Carneiro
Edson Luiz Paes Camandaroba
Claudinéia Regina Pelacani
Efigênia de Melo
Elielson Souza Rodrigues
Eraldo Medeiros Costa Neto
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira
Flávio França
Flora Acunã Junca
Francisco de Assis Ribeiro dos Santos
Francisco José Bezerra Souto
Freddy Ruben Bravo Quijano
Gilberto Marcos de Mendonça Santos
Ivan Cardoso do Nascimento
José Raniere Ferreira de Santana
Eneida de Moraes Marcílio Cerqueira
George Olavo Mattos e Silva
José Roberto Cardoso Meireles
Juan Tomás Ayala Osuna
Jucelho Dantas da Cruz
Lenaldo Muniz de Oliveira
Lígia Silveira Funch
Luciano Mendes Souza Vaz
Luciano Paganucci de Queiroz
Luís Fernando Pascholati Gusmão
Marcelo Fulgêncio Guedes de Brito
Maria Celeste Costa Valverde
Marina Siqueira de Castro
Milton Ricardo de Abreu Roque
Miriam Gimenes
Priscila Paixão Lopes
Reyjane Patrícia de Oliveira
Roberto Lisbôa Romão

---

Sandra Regina de Oliveira Domingos

---

Solange Maria Costa Amorim

---

Suzi de Almeida Vasconcelos Barboni

---

Tânia Regina dos Santos Silva

---

Tarsila Moraes de Carvalho Freitas

---

### **Departamento de Ciências Sociais Aplicadas**

---

Antonio Ricardo Dantas Caffé

---

Artur Roberto do Nascimento

---

Carlos Eduardo Soares de Freitas

---

Dermeval Passos da Hora

---

Eugênio Lima Mendes

---

Gerino Francisco do Nascimento

---

José Afonso Ferreira Maia

---

Jossel Borges Santos

---

Kil Hyang Park

---

Marília Lomanto Veloso

---

Nilo Rosa dos Santos

---

Rossine Cerqueira da Cruz

---

### **Departamento de Exatas**

---

André Luís Mattedi Dias

---

Angélica Maria Lucchese

---

Ângelo Conrado Loula

---

Carla Cardeal Mendes

---

Carlos Alberto Rodrigues

---

Carlos Antonio de Souza Teles Santos

---

Carlos César Uchoa de Lima

---

David Moisés Barreto dos Santos

---

Gabriela Ribeiro Peixoto Rezende Pinto

---

Gracinete Bastos de Souza

---

Haroldo Gonçalves Benatti

---

Hugo Saba Pereira Cardoso

---

João Batista da Rocha Júnior

---

José Carlos Barreto de Santana

---

Joselisa Maria Chaves

---

Kellyton dos Santos Brito

---

Liana Maria Barbosa

---

Marcos Grilo Rosa

---

Marjorie Cseko Nolasco

---

Nilton Souza Dantas

---

Suzana Modesto de Oliveira Brito

---

Tereza Simonne Mascarenhas Santos

---

Trazíbulo Henrique Pardo Casas

---

Vânia Rastelly de Sousa

---

**Departamento de Ciências Humanas e Filosofia**

---

Acácia Batista Dias

---

Adriana Dantas Reis Alves

---

Cloves Luiz Pereira Oliveira

---

Clóvis Caribe Menezes dos Santos

---

Edinusia Moreira Carneiro Santos

---

Eduardo Chagas Oliveira

---

Elizete da Silva

---

Eurelino Teixeira Coelho Neto

---

Júlio Celso Ribeiro de Vasconcelos

---

Lucilene Reginaldo

---

Maria Elisa Pacheco de Oliveira  
Medeiros

---

Nacelice Barbosa Freitas

---

Rinaldo César Nascimento Leite

---

Márcia Maria da Silva Barreiros Leite

---

Telma Maria Sousa Santos

---

**Departamento de Educação**

---

Alessandra Alexandre Freixo

---

Antônio César Ferreira da Silva

---

Denise Helena Pereira Laranjeira

---

Fani Quitéria Nascimento Rehem

---

Lílian Miranda Bastos Pacheco

---

Ludmila Oliveira Holanda Cavalcante

---

Maria Cleonice Barbosa Braga

---

Maria José Oliveira Duboc

---

Francisco de Assis dos Santos

---

Maria Helena da Rocha Besnosik

---

Solange Mary Moreira Santos

---

Marinalva Lopes Ribeiro

---

Miguel Almir Lima de Araújo

---

Mirela Figueiredo Iriart

---

Wilson Pereira de Jesus

---

**Departamento de Física**

---

Alexandre Colato

---

Alexandre Leite Gadelha

---

Alexandre Manoel de Morais Carvalho

---

Antônio Vieira de Andrade Neto

---

Carlos Alberto de Lima Ribeiro

---

Dagoberto da Silva Freitas

---

---

Edson Mascarenhas Santos

---

Fábio Henrique de Alencar Freitas

---

Germano Pinto Guedes

---

Juan Alberto Leyva Cruz

---

Marcelo Pereira Machado

---

Marildo Geraldête Pereira

---

Milton Souza Ribeiro

---

Franz Peter Alves Farias

---

Nazareno Getter Ferreira de Medeiros

---

Paulo Alexandre de Castro

---

Paulo César da Rocha Poppe

---

Roberto Leon Ponczek

---

Rodney Nascimento Guimarães

---

Sérgio André Fontes Azevedo

---

Thierry Jacques Lemaire

---

### **Departamento de Letras e Artes**

---

Aleilton Santana da Fonseca

---

Benedito José de Araújo

---

Carla Luzia Carneiro Borges

---

Cláudio Cledson Novaes

---

Denise Gomes Dias Santos

---

Edson Dias Ferreira

---

Eliana Sandra Pitombo Teixeira

---

Elvya Shirley Ribeiro Pereira

---

Francisco Ferreira de Lima

---

Girlene Lima Portela

---

Gláucia Maria Costa Trinchão

---

Humberto Luiz Lima de Oliveira

---

Jolanta Rekawek

---

Josane Moreira de Oliveira

---

Lysie dos Reis Oliveira

---

Rita de Cássia Ribeiro de Queiroz

---

Roberto Henrique Seidel

---

Rosana Maria Ribeiro Patrício

---

Rubens Edson Alves Pereira

---

Silvana Silva de Farias Araújo

---

Zenaide de Oliveira Novais Carneiro

---

Norma Lúcia Fernandes de Almeida

---



---

Edgar Silva Júnior

---

Elisa Teshima

---

Fátima Luscher Albinati

---

Francisco Antônio Zorzo

---

Gean Cláudio de Souza Santana

---

Geraldo José Belmonte dos Santos

---

Koji de Jesus Nagahama

---

Márcia Ângela Nori

---

Marcia Lissandra Machado Prado

---

Marcos de Araújo Paz

---

Maria de Fátima da Silva Nunesmaia

---

Maria Gabriela Bello Koblitz

---

Maurício Cunha Escarpinati

---

Michele Fúlvia Angelo

---

Paulo Roberto Lopes Lima

---

Washington Almeida Moura

---

Rosangela Leal Santos

---

Sandra Maria Furiam Dias

---

Wagner Luiz Alves de Oliveira

---